



Diário Oficial Eletrônico

Quarta-Feira, 18 de fevereiro de 2026 - Ano 19 - nº 4259



Sumário

| | |
|---|----|
| Deliberações do Tribunal Pleno, Decisões Singulares e Editais de Citação e Audiência | 2 |
| Ratificação de Decisões Singulares | 2 |
| Administração Pública Estadual | 2 |
| Poder Executivo | 2 |
| Administração Direta | 2 |
| Autarquias | 5 |
| Empresas Estatais | 6 |
| Tribunal de Contas | 7 |
| Administração Pública Municipal | 19 |
| Águas Frias | 19 |
| Balneário Rincão | 19 |
| Chapecó | 20 |
| Concórdia | 21 |
| Florianópolis | 21 |
| Itaiópolis | 22 |
| Pescaria Brava | 22 |
| Rio das Antas | 22 |
| Rio Negrinho | 23 |
| São Bento do Sul | 23 |
| Serra Alta | 25 |
| Timbó | 26 |
| Treze Tílias | 28 |
| Xanxerê | 28 |
| Atos Administrativos | 29 |
| Licitações, Contratos e Convênios | 33 |



Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

www.tce.sc.gov.br



Deliberações do Tribunal Pleno, Decisões Singulares e Editais de Citação e Audiência

Ratificação de Decisões Singulares

O Plenário do Tribunal de Contas, em sessão ordinária virtual iniciada em 06/02/2026, ratificou as seguintes decisões singulares exaradas nos processos nºs:

LCC 25/00201737 pelo(a) Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall em 30/01/2026, Decisão Singular GAC/WWD - 48/2026 publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal em 03/02/2026.

REP 26/00008688 pelo(a) Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall em 03/02/2026, Decisão Singular GAC/WWD - 52/2026 publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal em 04/02/2026.

LCC 25/00204914 pelo(a) Conselheiro Luiz Eduardo Cherem em 03/02/2026, Decisão Singular GAC/LEC - 64/2026 publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal em 04/02/2026.

REP 26/00007878 pelo(a) Conselheiro Aderson Flores em 02/02/2026, Decisão Singular GAC/AF - 80/2026 publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal em 03/02/2026.

REP 25/00188102 pelo(a) Conselheira Substituta Sabrina Nunes Icken em 04/02/2026, Decisão Singular GCS/SNI - 66/2026 publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal em 05/02/2026.

FLAVIA LETICIA FERNANDES BAESSO MARTINS
Secretária-Geral

Administração Pública Estadual

Poder Executivo

Administração Direta

PROCESSO Nº: REP 26/00009811

UNIDADE GESTORA: Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade

INTERESSADOS: Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade

Jerry Edson Comper

ASSUNTO: Possíveis irregularidades no Edital de Concorrência Eletrônica n. 0207/2025 - contratação de empresa especializada em elaboração de projetos de arquitetura e de engenharia para construção de escola no município de Biguaçu

RELATOR: Wilson Rogério Wan-Dall

UNIDADE TÉCNICA: Divisão 1 - DLC/COSE/DIV1

DECISÃO SINGULAR: GAC/WWD - 63/2026

I – INTRODUÇÃO

Trata-se de Representação formulada pela empresa FERCON ENGENHARIA LTDA, neste ato representada pelo Sr. Fernando Stroisch (fls. 03/23), cujo objeto são supostas irregularidades no âmbito do Edital de Concorrência Eletrônica nº 207/2025, publicado pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE, visando a contratação integrada para elaboração de projetos e execução de obra destinada à construção modular industrializada de nova unidade escolar estadual no município de Biguaçu/SC, com valor estimado de R\$ 36.090.862,88 (trinta e seis milhões, noventa mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

Em análise preliminar, a Diretoria de Licitações e Contratações, por meio do Relatório DLC – 140/2026 (fls. 119/141), considerou que a Representação em questão atendeu aos requisitos de admissibilidade e seletividade, passando então à análise de mérito das alegações, as quais se fundamentaram em 03 (três) pontos: I – a alegada omissão administrativa quanto à apreciação tempestiva da impugnação ao edital, que, segundo representante, violaria o direito de impugnação e os princípios do contraditório e da legalidade (item 2.3.1.); II – a alegada irrazoabilidade do prazo fixado para apresentação de laudos e certificados técnicos complexos, considerado exíguo e potencialmente configurador de barreira de entrada (item 2.3.2.); e III – a suposta restrição à competitividade do certame, com apontamento de possível direcionamento técnico decorrente das exigências editalícias, que, em tese, reduziriam significativamente o universo de potenciais licitantes (item 2.3.3.).

No mérito, a área técnica afastou as irregularidades suscitadas nos pontos I e II acima, reconhecendo verossimilhança das alegações em relação ao ponto III, uma vez que, no entender do órgão de controle *embora não se tenha verificado, até o momento, direcionamento efetivo no certame, a adoção de interpretação excessivamente restritiva no julgamento das habilitações técnicas pode, em tese, ensejar risco concorrencial de concentração de resultados, o que recomenda atuação cautelosa da Administração, mediante interpretação adequada e compatível com os princípios da competitividade e do formalismo moderado, como forma de mitigação desse risco.*

Dessa forma, a Diretoria de Licitações e Contratações sugeriu a adoção das seguintes medidas:

3.1 Conhecer da Representação formulada pelo Sr. Fernando Stroisch, representante da empresa Fercon Engenharia Ltda., com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades no Edital de Concorrência Eletrônica nº 0207/2025, cujo objeto é a contratação integrada para elaboração de projetos e execução de obra destinada à construção modular industrializada de nova unidade escolar estadual no município de Biguaçu/SC, com valor estimado de R\$ 36.090.862,88, por preencher os



requisitos e formalidades previstos no art. 102 da Resolução TC nº 06/2001 (Regimento Interno do TCE-SC), conforme item 2.1 do presente Relatório.

3.2 Diferir, nesta fase processual, à luz art. 114-A da Resolução nº TC-06/2001 (Regimento Interno), a **concessão de medida cautelar** para momento processual imediatamente anterior à homologação do certame, após a conclusão e o julgamento definitivo da fase de habilitação técnica, quando será possível avaliar, com maior segurança técnica e jurídica, a existência ou não de direcionamento técnico ou de restrição indevida à competitividade, orientando-se, até a reapreciação por esta Diretoria Técnica, que a Administração se abstenha de promover a homologação do certame, a fim de preservar a utilidade e a eficácia do controle exercido por este Tribunal.

3.3 Determinar diligência ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, Jerry Edson Comper, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o previsto no art. 124, §1º, da Resolução nº TC-06/2001 (Regimento Interno deste Tribunal), encaminhe, em meio digital, as seguintes informações:

3.3.1. Prestar esclarecimento expresso quanto ao alcance da exigência de apresentação de Certificação DATec prevista no edital, indicando se será adotada como critério absoluto de habilitação ou se admite comprovação técnica equivalente, mediante interpretação ampla e não restritiva dos certificados e laudos previstos no Anexo III, orientada pelos requisitos de desempenho, segurança, durabilidade e confiabilidade do sistema construtivo;

3.3.2. Proceder à análise da documentação técnica apresentada pelas cinco empresas participantes do certame, informando, de forma motivada, quais estariam, em sua aceitação, aptas à execução do objeto, explicitando os fundamentos técnicos utilizados e a condução adotada para evitar interpretação restritiva das exigências de habilitação;

3.4 Dar ciência à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE, ao representante e ao órgão de Controle Interno da Unidade Gestora do inteiro teor da presente instrução.

Vieram os autos conclusos.

É o breve Relatório.

II – DISCUSSÃO

Antes da análise da medida cautelar pretendida pela Recorrente, torna-se imprescindível a realização do exame de admissibilidade e seletividade disposto na Resolução n. TC 165/2020. Senão vejamos o que determina o art. 5º da referida norma:

“Art. 5º As informações de irregularidade deverão ser encaminhadas imediatamente à Divisão de Protocolo (DIPO) da Secretaria-Geral (SEG) para atuação do Procedimento Apuratório Preliminar (PAP) e, em seguida, ao órgão de controle competente para exame das condições prévias e da seletividade.” (Grifei).

Assim, pelas regras procedimentais deste Tribunal, o expediente em debate primeiramente passou por uma análise de condições prévias de seletividade, ou seja: I – competência do TCE/SC para apreciar a matéria; II – referência a um objeto determinado e a uma situação-problema específica; e III – existência de elementos de convicção razoáveis quanto à presença de possíveis irregularidades para o início da atividade fiscalizatória, exatamente como preconiza o art. 96 do Regimento Interno deste Tribunal:

Art. 96. A denúncia sobre matéria de competência do Tribunal deverá referir-se a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição, ser redigida em linguagem clara e objetiva, relacionar-se a um objeto determinado e a uma situação problema específica, estar acompanhada de indícios, de evidências ou de elementos de convicção razoáveis quanto à presença das possíveis irregularidades noticiadas e que justifiquem o início da atividade fiscalizatória, bem como conter o nome legível do denunciante, sua qualificação, seu endereço e sua assinatura.

E neste ponto, a área técnica, com quem convirjo no posicionamento, entendeu que a matéria em discussão é de competência desta Corte de Contas, faz referência a um problema e existem elementos de convicção razoáveis quanto à presença de possíveis irregularidades, cumprindo assim o disposto na legislação.

Atendidas essas condições, a Diretoria de Licitações e Contratações passou a analisar então os critérios de seletividade da Representação, observando os graus de relevância, risco, políticas públicas, materialidade, gravidade e urgência, determinados no art. 8º da Resolução n. TC 165/2020 e definidos pela Portaria n. TC-283/2025, os quais, referido órgão de controle entendeu terem sido atendidos no caso concreto, uma vez que o procedimento em questão alcançou a pontuação mínima exigida.

Desta feita, vislumbro que o presente processo preencheu os requisitos necessários para o seu prosseguimento, notadamente no que diz respeito aos critérios de admissibilidade e seletividade, de modo que, considero acertada a proposição da área técnica, em consonância com o Ministério Público de Contas, no que diz respeito ao conhecimento dos autos e análise da medida cautelar pretendida.

E neste passo, destaco que a sessão do procedimento licitatório foi realizada no último dia 26/01/2026, de modo que o certame ainda está em andamento, conforme consulta ao Portal de Compras Públicas do Estado de Santa Catarina:

Portanto, a análise da medida cautelar pleiteada, neste momento, encontra-se oportuna e possui pleno respaldo legal.

Pois bem.

Compulsando os autos, observo que a Diretoria de Licitações e Contratações, cujo posicionamento me filio integralmente, afastou duas das três irregularidades apontadas pelo Representante, reconhecendo o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da medida cautelar apenas no que concerne à alegada restrição à competitividade ocasionada em virtude da exigência editalícia para apresentação de Certificação DATec, que, em tese, reduziria significativamente o universo de potenciais licitantes.

No que concerne à primeira irregularidade, que diz respeito a alegada omissão administrativa na apreciação tempestiva da impugnação ao edital, assim como o órgão de controle, entendo que não possui razão o Representante.

Isto porque, analisando os autos do processo administrativo SED nº 00144225/2025, é possível extrair que a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE apreciou a impugnação apresentada, com manifestação técnica da Diretoria de Infraestrutura Escolar e decisão expressa da autoridade competente, proferida em 23/01/2026, por meio da qual o pedido foi indeferido, com a consequente manutenção do edital.

Ademais, como bem pontuou o órgão de controle, a resposta à impugnação foi devidamente divulgada em sítio eletrônico oficial, no mesmo ambiente digital em que se processa o certame, em observância ao parágrafo único do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, circunstância que afasta a alegação de ausência de publicidade do ato.

Diante disso, portanto, entendo por afastar a referida irregularidade.

Quanto à segunda ilicitude apontada, qual seja, a irrazoabilidade do prazo fixado para apresentação de laudos e certificados técnicos, tenho que melhor sorte não socorre ao Representante, porquanto, conforme destacado pela área técnica, os documentos exigidos não se confundem com laudos ordinários relacionados à obra específica objeto da licitação, tratando-se de documentos técnicos de avaliação e homologação de sistema construtivo industrializado, composto por ensaios laboratoriais



complexos e de longa duração, os quais não são produzidos sob demanda imediata nem vinculados a um empreendimento específico.

Assim como a DLC, entendo que os laudos exigidos não possuem caráter meramente formal, mas se vinculam diretamente à comprovação de requisitos essenciais de segurança, desempenho, durabilidade e qualidade da edificação. Tal entendimento encontra respaldo na Nota Técnica nº TC-11/2024 deste Tribunal de Contas, que reconhece a legitimidade da exigência de ensaios técnicos e avaliações laboratoriais em contratações de edificações escolares com sistemas construtivos industriais, modulares ou painelizados, especialmente quando se trata de tecnologias não integralmente abrangidas por normas prescritivas. Portanto, afastamento também referida irregularidade, porquanto o prazo fixado se destina exclusivamente à apresentação de documentação técnica que, por sua própria natureza, deve preexistir à participação no certame por empresas efetivamente aptas a fornecer sistemas construtivos modulares padronizados, não configurando, tal exigência editalícia, cláusula de barreira no certame.

Por fim, no que diz respeito à terceira irregularidade alegada pelo Representante, ou seja, quanto à restrição da competitividade ocasionada pelas exigências técnicas de obrigatoriedade de apresentação de Documento de Avaliação Técnica (DATec) e a exigência de laudos técnicos específicos, observe que a situação é um pouco diferente.

Embora não tenha sido constatado um direcionamento técnico absoluto de imediato, assim como área técnica, entendo que subsiste uma falha redacional em um dos anexos do instrumento convocatório, especialmente no tocante à exigência de Certificação DATec, potencializada pela inefetividade do julgamento da impugnação em esclarecer o alcance da exigência.

A ambiguidade na redação do Anexo III do Edital, ao listar a Certificação DATec no rol de laudos sem explicitar as hipóteses de aplicabilidade ou a aceitação de comprovação técnica equivalente, pode, de fato, ensejar uma interpretação indevidamente restritiva. Esta interpretação, conforme a própria DLC destacou, *é dissociada do comando material do dispositivo, que é a comprovação do desempenho técnico do sistema construtivo, e não a exigência indiscriminada de documento específico* (fl. 131).

Tal cenário revela a plausibilidade das alegações da Representante de que a exigência pode configurar uma barreira à entrada de empresas que utilizam sistemas construtivos inovadores, mas que não possuem DATec, ou que empregam tecnologias já normatizadas pela ABNT e, portanto, não necessitam deste tipo de certificação.

Além disso, a plausibilidade jurídica das alegações também se evidencia à luz dos dados objetivos extraídos da etapa de lances do certame, onde a diferença entre a primeira e a quinta proposta foi de R\$ 455.469,37 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e sete centavos). A potencial inabilitação indevida de licitantes devido a uma interpretação restritiva da exigência de DATec poderia levar à perda dessa vantagem econômica, com reflexos financeiros concretos para a Administração.

Assim, por oportuno e necessário, frente ao acima discutido, observo que o art. 114-A do Regimento Interno desta Corte, autoriza ao Relator, em caso de urgência, de fundada ameaça de grave lesão ao erário ou fundados indícios de favorecimento pessoal ou de terceiros e para assegurar a eficácia da decisão de mérito, a sustação do ato até decisão ulterior que revogue a medida ou até a deliberação do Tribunal Pleno.

Como requisitos autorizadores da medida cautelar, o Regimento Interno (art. 114-A, §12º) exige a presença do *fumus boni iuris* (plausibilidade jurídica) e o *periculum in mora* (perigo da demora).

A “fumaça do bom direito”, se refere aos fortes indícios de que a irregularidade apontada pela área técnica exista e permeie o certame em debate, sendo prescindível, portanto, a sua comprovação em cognição exauriente neste momento, bastando tão-somente que a afronta à legislação arguida seja transparente a ponto de ser bastante provável a sua configuração, **o que, como se percebe do colacionado até então, entendo estar presente no caso em tela, me filiando aos argumentos técnicos da DLC.**

O “perigo da demora”, por sua vez, se trata dos prejuízos que o atraso na análise de mérito das irregularidades apontadas pode ocasionar ao erário público, caso o certame não seja suspenso antes da sua conclusão definitiva. Ou seja, é o risco de que uma decisão tardia torne inalcançável o direito e, por consequência, ineficaz a decisão.

Portanto, no caso concreto, assim como a área técnica, entendo caracterizado também o *periculum in mora*, haja vista que a cessão da licitação ocorreu no último dia 26/01/2026, estando o certame ainda em andamento.

Desta feita, diante da clareza com que o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* se apresentam, a despeito da ponderação consequencialista sugerida pela unidade técnica para o diferimento da medida cautelar, entendo pela concessão da medida cautelar.

III. DECISÃO

Diante do exposto, acolho na íntegra a análise formulada pela Diretoria de Licitações e Contratações quanto à medida cautelar e, dessa forma, decido:

1. CONHECER da presente Representação apresentada pela empresa FERCON ENGENHARIA LTDA, neste ato representada pelo Sr. Fernando Strosch, acerca de possíveis irregularidades no Edital de Concorrência Eletrônica nº 0207/2025, publicado pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade;

2. CONSIDERAR ATENDIDOS os critérios de seletividade estabelecidos pela Resolução nº 283/2025.

3. DIFERIR, nesta fase processual, à luz art. 114-A da Resolução nº TC-06/2001 (Regimento Interno), a concessão de medida cautelar para momento processual imediatamente anterior à homologação do certame, após a conclusão e o julgamento definitivo da fase de habilitação técnica, quando será possível avaliar, com maior segurança técnica e jurídica, a existência ou não de direcionamento técnico ou de restrição indevida à competitividade, orientando-se, até a reapreciação por esta Diretoria Técnica, que a Administração se abstenha de promover a homologação do certame, a fim de preservar a utilidade e a eficácia do controle exercido por este Tribunal

4. DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA da Sr. Jerry Edson Comper, Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade para que, no prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o previsto no art. 124, §1º, da Resolução nº TC-06/2001 (Regimento Interno deste Tribunal), encaminhe, em meio digital, as seguintes informações:

4.3.1. Prestar esclarecimento expresso quanto ao alcance da exigência de apresentação de Certificação DATec prevista no edital, indicando se será adotada como critério absoluto de habilitação ou se admite comprovação técnica equivalente, mediante interpretação ampla e não restritiva dos certificados e laudos previstos no Anexo III, orientada pelos requisitos de desempenho, segurança, durabilidade e confiabilidade do sistema construtivo;

4.3.2. Proceder à análise da documentação técnica apresentada pelas cinco empresas participantes do certame, informando, de forma motivada, quais estariam, em sua aceitação, aptas à execução do objeto, explicitando os fundamentos técnicos utilizados e a condução adotada para evitar interpretação restritiva das exigências de habilitação;



5. DAR CIÊNCIA à Procuradoria Geral do Estado, à Representante desta demanda, aos Interessados, à Unidade Gestora e ao responsável pelo Controle Interno.

Publique-se.

Florianópolis, na data da assinatura digital.

WILSON ROGÉRIO WAN-DALL

Conselheiro Relator

Autarquias

Processo n.: APE 23/00748392

Assunto: Ato de Aposentadoria de Ari de Melo Mosimann

Responsável: Nelson Amâncio Mandela

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV

Unidade Técnica: DAP

Decisão n.: 150/2026

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Determinar o encerramento do processo no Sistema de Controle de Processos – *e-Siproc* -deste Tribunal de Contas, eis que autuado em duplicidade.

2. Dar ciência desta Decisão ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes locken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

ADERSON FLORES

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Processo n.: PPA 23/00727557

Assunto: Ato de Concessão de Pensão em nome de Evanir Cecília Sens dos Santos

Responsável: Marcelo Panosso Mendonça

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV

Unidade Técnica: DAP

Decisão n.: 149/2026

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, § 2º, 'b', da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, do ato de concessão de pensão por morte em favor da Sra. Evanir Cecília Sens dos Santos, em decorrência do óbito do Sr. José Trindade dos Santos, membro inativo do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no cargo de Desembargador, matrícula n. 708, CPF n. ***.158.239-**, consubstanciado na Portaria n. 2828/IPREV, de 27/09/2022.

2. Determinar ao **Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV** – que comunique a Decisão ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para que proceda ao acompanhamento do deslinde do Mandado de Segurança n. 39264/DF junto ao STF, informando a esta Corte de Contas decisão contrária ao registro ora efetuado, nos termos do § 5º do art. 44 da Lei Complementar (estadual) n. 412/2008, com redação dada pela Lei Complementar (estadual) n. 795/2022.

3. Recomendar ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV - que adote as providências necessárias à regularização da falha formal detectada na Portaria n. 2828/IPREV, de 27/09/2022, devendo constar a fundamentação legal da pensão previdenciária a seguinte redação: “art. 40, § 7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 103/2019, arts. 6º, III, 59, II, 72, 73, I, e 77, VI, da Lei Complementar (estadual) n. 412/2008, com as redações modificadas pela Lei Complementar (estadual) n. 689/2017 e Lei Complementar (estadual) n. 773/2021”, haja vista que já vigoravam as regras da reforma previdenciária quando ocorrido o óbito do instituidor da pensão por morte, conforme o disposto no art. 16, I, § 1º, da Resolução n. TC-265/2024.

4. Dar ciência desta Decisão ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes locken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

ADERSON FLORES

Relator



Fui presente: CIBELLY FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Processo n.: PPA 23/00433642

Assunto: Ato de Concessão de Pensão em nome de Flares Cesar de Oliveira

Responsável: Marcelo Panosso Mendonça

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV

Unidade Técnica: DAP

Decisão n.: 148/2026

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, § 2º, 'b', da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, do ato de concessão de pensão por morte ao Sr. Flares Cesar de Oliveira, em decorrência do óbito da Sra. Denise Helena Schild de Oliveira, membra inativa do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no cargo de Juíza de Direito de Entrância Especial, matrícula n. 8071, CPF n. ***.442.109-**, consubstanciado na Portaria n. 2714/IPREV, de 30/09/2021.

2. Determinar ao **Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV** - que comunique a Decisão ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para que proceda ao acompanhamento do deslinde do Mandado de Segurança n. 39264/DF junto ao STF, informando a este Tribunal de Contas decisão contrária ao registro ora efetuado, nos termos do § 5º do art. 44 da Lei Complementar (estadual) n. 412/2008, com redação dada pela Lei Complementar (estadual) n. 795/2022.

3. Dar ciência desta Decisão ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV - e ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

ADERSON FLORES

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Processo n.: APE 24/00401637

Assunto: Ato de Retificação do Ato Aposentatório de Rainildes dos Santos da Silva

Responsável: Mauro Luiz de Oliveira

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV

Unidade Técnica: DAP

Decisão n.: 152/2026

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Determinar o encerramento do processo no Sistema de Controle de Processos – *e-Siproc* - deste Tribunal de Contas, ante a perda do seu objeto, com fulcro no art. 46, I, da Resolução n. TC-09/2002.

2. Dar ciência desta Decisão ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

ADERSON FLORES

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Empresas Estatais

Processo n.: REP 20/00610972

Assunto: Representação - Comunicações à Ouvidoria ns. 1588, 1599, 1608 e 1631/2020 - acerca de supostas irregularidades referentes a pagamentos, uso de carro oficial, carga horária, dentre outras

Interessada: Ouvidoria do Tribunal de Contas de Santa Catarina



Responsável: Fabiano Ramalho

Unidade Gestora: SCPar Porto de São Francisco do Sul S.A.

Unidade Técnica: DEC

Decisão n.: 62/2026

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Considerar cumpridas as determinações constantes dos itens 2, 3, 4, 5 e 6 da Decisão n. 513/2024.

2. Determinar o arquivamento do processo, com fundamento no art. 46, I e VI, da Resolução n. TC-09/2002.

3. Dar ciência desta Decisão à SCPar Porto de São Francisco do Sul S.A. e ao Presidente do Grupo Gestor de Governo do Poder Executivo do Estado.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

LUIZ ROBERTO HERBST

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Tribunal de Contas

Processo n.: APE 25/00202890

Assunto: Registro em Lote de Atos de Aposentadorias/Reformas/Transferências para a Reserva Remunerada da Administração pública dos poderes do Estado, conforme resolução n. TC-265/2024

Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Unidades Gestoras: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e outras

Unidade Técnica: DAP

Decisão n.: 144/2026

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, § 2º, “b”, da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, dos atos de aposentadorias/reformas/transferências para a reserva remunerada abaixo nominados, considerados legais:

| ORIGEM | NOME | MATRÍCULA | CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO | CPF | NÚMERO DO ATO |
|----------|---|------------|--|----------------|-----------------|
| ALESC | ADARI PAULO SCHMITT | 565 | Analista Legislativo III | ***.553.919-** | 571/2025 |
| ALESC | LEOBERTO BREGUE DANIEL | 1468 | Analista Legislativo II | ***.929.309-** | 776/2023 |
| ALESC | SOLON SOARES | 2127 | Analista Legislativo II | ***.204.019-** | 480/2025 |
| MPSC/PGJ | CHRISTINA CASCAES | 0299751701 | Auxiliar Técnico do Ministério Público II | ***.877.579-** | 627/2025 |
| MPSC/PGJ | Maria Luíza de Azambuja Monguilhott | 0002470 | Auxiliar Técnico do MP II | ***.440.959-** | 935/2024 |
| MPSC/PGJ | VANIO MARTINS DE FARIA | 0138582801 | Procurador de Justiça | ***.787.609-** | 1050/2025/PGJ |
| TCE | Edésia Furlan | 4506855 | Auditor Fiscal de Controle Externo | ***.865.209-** | N. TC-0407/2025 |
| TCE | Gustavo Albuquerque Dornelles | 4508122 | Auditor Fiscal de Controle Externo | ***.333.309-** | N. TC-0391/2025 |
| TCE | Rogério Felisbino da Silva | 4505646 | Técnico de Atividades Administrativas e de Controle Externo | ***.582.189-** | N. Tc-0347/2025 |
| TJ | ALDORI CARVALHO | 3736 | técnico judiciário auxiliar | ***.117.409-** | 1316/2025 |
| TJ | ALEXANDRA ACACIA PIETRUZA DE OLIVEIRA | 5787 | Técnico Judiciário Auxiliar | ***.402.359-** | 1556/2025 |
| TJ | ANE CRISTINA BARG | 19377 | Técnico Judiciário Auxiliar | ***.753.979-** | 1466/2020-01 |
| TJ | ANTONIO ROBERTO MENON | 8120 | Técnico Judiciário Auxiliar | ***.164.139-** | 255/2019-01 |



| | | | | | |
|----|------------------------------------|-------|---|----------------|-------------------------------|
| TJ | DAVID DIAS | 9515 | técnico judiciário auxiliar | ***.945.109-** | 1326/2025 |
| TJ | ISAURA BERRI | 2204 | Técnico Judiciário Auxiliar | ***.102.279-** | 1330/2025 Ret-Ato de 01/09/25 |
| TJ | IVETE LANGARO GANDIN | 4421 | Técnico Judiciário Auxiliar | ***.919.329-** | 589/2021-01 |
| TJ | IVONE FATIMA GROLLI | 2473 | Técnico Judiciário Auxiliar | ***.850.779-** | 353/2016_1 |
| TJ | JACQUELINE DE SALLES ROSA | 21294 | Técnico Judiciário Auxiliar | ***.329.800-** | 1579/2023 |
| TJ | JOSE CARLOS ALVES | 1565 | agente administrativo auxiliar | ***.360.439-** | 1312/2025 |
| TJ | LEILA DENISE JUTTEL HACK | 8636 | Técnico Judiciário Auxiliar | ***.495.219-** | 1542/2025 |
| TJ | MARGARETE RODRIGUES MARIA | 27559 | técnico judiciário auxiliar | ***.164.509-** | 127/2025 |
| TJ | APARECIDA ZEFERINO REINALDO | 3162 | Técnico Judiciário Auxiliar | ***.784.279-** | 1333/2020-01 |
| TJ | MARIA ENEDINA RAMOS | 5297 | Agente de apoio administrativo | ***.951.339-** | 1315/2025 |
| TJ | MARIA NELCI ZARDO | 4867 | Agente de Apoio Administrativo | ***.868.029-** | 957/2021-01 |
| TJ | MARLI FAGUNDES | 5171 | Técnico Judiciário Auxiliar | ***.191.079-** | 663/2021 |
| TJ | MAURY FRANCISCO GOULART | 3376 | Oficial Maior do 3º Registro de Imóveis da Comarca da Capital | ***.883.529-** | 9732024 |
| TJ | NADIR CAMILO DOS PASSOS CAPISTRANO | 4737 | Agente de Apoio Administrativo | ***.000.109-** | 1543/2025 |
| TJ | NADIR TERESINHA DEVEGILI | 2087 | Técnico Judiciário Auxiliar | ***.856.309-** | 1784/2019-1 |
| TJ | NAIR VIALI | 6186 | oficial do registro de imóveis da Comarca de Capinzal | ***.989.909-** | 746/2025_1 |
| TJ | NEWTON VARELLA JUNIOR | 3775 | Desembargador | ***.635.869-** | 1876/2025 |
| TJ | REGINA PAULA DA COSTA | 7067 | Técnico Judiciário Auxiliar | ***.302.599-** | 199/2021 |
| TJ | REJANE EICH ROSANA | 5743 | Oficiala de Justiça | ***.044.409-** | 2308/2023 |
| TJ | GONCALVES DA COSTA DA SILVA | 4782 | Técnico Judiciário Auxiliar | ***.519.709-** | 1012/2021-01 |
| TJ | ROSELEI BERTOLDI PAZETTO | 3539 | Técnico Judiciário Auxiliar | ***.369.829-** | 767/2021-01 |
| TJ | SANDRA MARIA ANDRADE BONES | 9369 | Técnico Judiciário Auxiliar | ***.889.809-** | 624/2021-01 |
| TJ | SUELY VIRGINIA DA SILVA | 2457 | Agente de Apoio Administrativo | ***.656.729-** | 1531/2025 |

2. Dar ciência desta Decisão às Unidades Gestoras conjuntas.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Hemeus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

LUIZ ROBERTO HERBST

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC



Processo n.: APE 25/00202628**Assunto:** Registro em Lote de Atos de Aposentadorias/Reformas/Transferências para a Reserva Remunerada da Administração Pública Municipal, conforme Resolução n. TC-265/2024**Interessado:** Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**Unidades Gestoras:** Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e outras**Unidade Técnica:** DAP**Decisão n.:** 153/2026**O TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:**1.** Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, § 2º, "b", da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, dos atos de aposentadorias/reformas/transferências para a reserva remunerada abaixo nominados, considerados legais:

| ORIGEM | NOME | MATRÍCULA | CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO | CPF | NÚMERO DO ATO |
|--------|------------------------------------|------------|---------------------------------------|----------------|-------------------------------|
| CBM | ALOISIO KUNERATH KUNZ | 0921015630 | Subtenente | ***.576.629-** | 494/2025 |
| CBM | CLAUDEMAR ALFREDO SARDA | 0920777501 | Subtenente | ***.363.419-** | 421/2025 |
| CBM | CLAUDIO LUIZ ANDRADE | 0920778330 | Subtenente | ***.469.929-** | 501/2025 |
| CBM | EDELSON AUGUSTO DA SILVA | 0920437730 | Subtenente | ***.430.149-** | 486/2025 |
| CBM | ERON FLORES | 0923714301 | 2º Sargento | ***.415.599-** | 528/2025 |
| CBM | ITACIR PADILHA | 0920529201 | Subtenente | ***.442.029-** | 318/2025 |
| CBM | JOAO AUGUSTO GONCALVES DE OLIVEIRA | 0921592101 | Subtenente | ***.397.558-** | 419/2025 |
| CBM | JOAO BATISTA DE SOUZA | 0918467801 | Subtenente | ***.441.689-** | 341/2025 |
| CBM | JOAO RAIMUNDO DE OLIVEIRA NETO | 0924309701 | 2º Sargento | ***.449.179-** | 456/2025 |
| CBM | JOEL GARCIA PACHECO | 0922838130 | Subtenente | ***.088.779-** | 452/2025 |
| CBM | LISANDRO DA SILVA CARDOSO | 0927137601 | 2º Sargento | ***.134.790-** | 354/2025 |
| CBM | RONALDO DA SILVA | 0920443130 | Subtenente | ***.893.329-** | 480/2025 |
| CBM | SANDRO ANTONIO ANTON | 0923850601 | 2º Sargento | ***.166.609-** | 251/2025 |
| CBM | SANDRO MIGUEL GONCALVES | 0923853001 | 2º Sargento | ***.714.999-** | 482/2025 |
| FCC | DERMANTINO MARTINS | 239688201 | TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | ***.762.249-** | 300/1999 |
| FCC | PAULO DE OLIVEIRA MAIA | 236054301 | TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | ***.204.609-** | 2747/1997 |
| FCC | VALENTIM DOMINGOS ROCHA | 0239687401 | ARTIFICE I | ***.995.259-** | 2591/1998 |
| FCC | ZELI MEDEIROS | 0156631801 | AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | ***.192.479-** | 01245/98 Ret-0560/98 |
| FCEE | ANDREA CORREA FAEDRICH | 0326744003 | PROFESSOR | ***.377.980-** | 2002/2025 |
| FCEE | CLARINDA DE VILA | 0325009102 | PROFESSOR | ***.510.909-** | 2101/2025 |
| FCEE | DIRMA PERES SPEROTTO | 262125803 | PROFESSOR | ***.019.549-** | 3265/2023 - Apostila 335/2023 |
| FCEE | ELIANE APARECIDA FOLSTER | 0282538403 | PROFESSOR | ***.716.969-** | 1944/2025 |
| FCEE | GILVANE TOALDO GIACHINI | 0286181004 | PROFESSOR | ***.879.609-** | 2336/2025 |
| FCEE | KATIA REGINA LADEWIG | 0238972001 | PROFESSOR | ***.788.509-** | 3654/2022 |
| FCEE | LIGIA MARIA MARTINS | 0381270706 | PROFESSOR | ***.140.299-** | 2177/2025 Ret-Ap. 191/2025 |
| FCEE | MARIA GLORIA MACHADO COSTA | 0316207902 | PROFESSOR | ***.708.279-** | 1745/2025 |
| FCEE | NAILCE ANDRADE DE MORAIS | 350312701 | PROFESSOR | ***.391.619-** | 155/2024 - Apostila 27/2024 |



| | | | | | |
|----------|-----------------------------------|------------|---|----------------|--|
| FCEE | NEIVA MARIA DALLABRIDA LEITZKE | 0278684203 | PROFESSOR | ***.770.739-** | 1867/2022 |
| FCEE | SIGNI LEANE WOBRIK WERLANG | 295918601 | PROFESSOR | ***.051.359-** | 1337/2021/IPREV |
| FCEE | SIMONE SALI NITSCHKE | 0204758607 | PROFESSOR | ***.748.599-** | 2636/2025 |
| FESPORTE | JOSE ACACIO DOS SANTOS | 0141663401 | AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS | ***.067.649-** | 3062/IPREV/2025 |
| FESPORTE | MARCELO SCHARF | 0193807001 | PROFESSOR | ***.281.619-** | 3219/2025 |
| IMA | EUNICE RAQUEL ZEN DE MORAES | 0235478001 | TÉCNICO EM ATIVIDADES DE ENGENHARIA | ***.671.069-** | 2353/2021 |
| IMA | NIVALDO PEDREIRA NIEHUES | 0264549101 | ENFERMEIRO | ***.833.179-** | 3214/2025 |
| IMA | RODOLFO CARLOS ZENERE | 0235606601 | ADMINISTRADOR | ***.539.909-** | 2754/IPREV/2025 |
| IPREV | CELIO PERES | 0319425601 | TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | ***.645.759-** | 3103/2025 |
| IPREV | ELISA MARIA GUADAGNIN SPAGNOL | 0355160101 | AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | ***.198.799-** | 2699/2022 |
| PC | ALESSANDRA SOUSA MESQUITA | 0301464902 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL | ***.323.576-** | 670/2025 |
| PC | AMAURI DE SOUZA | 0046133401 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL | ***.506.509-** | 2544/IPREV/2025 Ret- 2820/IPREV/2025 |
| PC | CARLOS ROBERTO DUTRA | 0092778301 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL | ***.899.229-** | 1474/2025 |
| PC | DANIEL DE ARAUJO | 0178610501 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL | ***.376.379-** | 622/2022 |
| PC | EDITE HELENA REIS MAIA GENERO | 0264586601 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL | ***.055.309-** | 3011/IPREV/2025 |
| PC | EDSON LUIZ DA SILVA | 0322659030 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL | ***.540.539-** | 2440/IPREV/2025 |
| PC | ELIANE BARRETO MAIATE | 0283368901 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL | ***.866.629-** | 525/2025 |
| PC | ENIO DE OLIVEIRA MATOS | 0322719701 | DELEGADO DE POLÍCIA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL | ***.751.119-** | 2480/IPREV/2025 |
| PC | GUACIRA TIBOURSKI DA SILVA | 0305617103 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL | ***.389.059-** | 2903/IPREV/2025 |
| PC | ITAMAR RODRIGUES | 0305256703 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, | ***.231.509-** | 1805 /2024 |
| PC | IZABEL BASTOS DOS SANTOS | 0226245201 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL | ***.256.389-** | 536/2022 |
| PC | JOSE MILTON CORDEIRO | 0230551801 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL | ***.163.659-** | 2756/2025 |
| PC | KARINE BROERING DE CAMPOS | 0378427401 | e ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL | ***.556.759-** | 1171/2025 |
| PC | MARI DULCE ROSSARI | 0276691402 | ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL | ***.405.619-** | 2171/IPREV/2025 |
| PC | PATRICIA BUENO DE OLIVEIRA | 0322674301 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL | ***.379.509-** | 2928/IPREV/2025 |
| PC | RAFAEL MANOEL DOS SANTOS | 0200193401 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL | ***.764.159-** | 4389/2024 |
| PC | REGINA PEREIRA DUARTE DALLA VECIA | 0249270903 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL | ***.585.880-** | 778/2025 |
| PC | RUBENS VALDENEI SCHEFFER | 0307689001 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL | ***.489.279-** | 2692/IPREV/2025 |
| PC | TENARIO ROQUE KLEIN | 0255996001 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL | ***.347.069-** | 2660/2025 |



| | | | | | |
|------|-------------------------------------|------------|---|----------------|-----------------|
| PC | VALERIA SIBILA MANN | 0156861201 | AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, | ***.458.429-** | 2266/2025 |
| PC | WANDERLEY REDONDO | 0167403001 | DELEGADO DE POLÍCIA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL | ***.747.728-** | 2268/IPREV/2025 |
| PGE | ALMIR TITO RIBEIRO MOREIRA | 0154774702 | PROFESSOR | ***.465.980-** | 849/2023 |
| PGE | OSNI ALVES DA SILVA | 0281041701 | PROCURADOR DO ESTADO | ***.900.219-** | 273/2025 |
| PMSC | ADEVANIO CESAR BIZ | 925169301 | 2º Sargento | ***.835.739-** | 867/2025 |
| PMSC | ALEXANDRE ANTONIO TORRES | 924924901 | Subtenente | ***.638.059-** | 802/2025 |
| PMSC | ALEXANDRE JORDAO FRANKENBERGER | 924515401 | 2º Sargento | ***.338.009-** | 724/2025 |
| PMSC | ALEXANDRE SIMPLICIO BERTOTTI | 923702001 | 2º Sargento | ***.583.509-** | 875/2025 |
| PMSC | ALEXSANDRO MORAES DE CASTRO | 925917101 | 2º Sargento | ***.172.709-** | 801/2025 |
| PMSC | ARLINDO MEDEIROS JUNIOR | 921107101 | Subtenente | ***.163.339-** | 831/2025 |
| PMSC | CARLOS ALBERTO CAMPESTRINI | 924035701 | SUBTENENTE | ***.231.819-** | 873/2025 |
| PMSC | CRISTIANO SOUZA HUNGER | 923937501 | Subtenente | ***.337.279-** | 839/2025 |
| PMSC | DEOMIR MOREIRA MARTINS | 923713501 | 2º Sargento | ***.158.479-** | 739/2025 |
| PMSC | DILOMAR ANTONIO ASSOLINI | 924572301 | Subtenente | ***.919.989-** | 781/2025 |
| PMSC | EDILSON ROSA CARMINATI | 925080801 | 2º Sargento | ***.076.379-** | 828/2025 |
| PMSC | EDNILSON JOSE BENTO | 917884802 | Subtenente | ***.517.309-** | 457/2025 |
| PMSC | EDSON LUIZ WERLICH | 925110301 | 2º Sargento | ***.781.159-** | 691/2025 |
| PMSC | ELIZIARIO DOS SANTOS | 921718501 | Subtenente | ***.098.659-** | 783/2025 |
| PMSC | EMERSON FRANCISCO MIYAMOTO TEIXEIRA | 924547201 | Subtenente | ***.309.549-** | 829/2025 |
| PMSC | ERRANGIEL SILVEIRA ANACLETO | 921427501 | Subtenente | ***.349.589-** | 887/2025 |
| PMSC | EVANDRO NARDES DE SOUZA | 926164801 | 2º Sargento | ***.105.779-** | 897/2025 |
| PMSC | GILBERTO PILLA | 925804301 | 2º Sargento | ***.714.869-** | 668/2025 |
| PMSC | GILSON JOSE SCHROEDER | 923728301 | 2º Sargento | ***.735.029-** | 770/2025 |
| PMSC | HENRIQUE ANTONIO CARDONE | 923051301 | Subtenente | ***.150.719-** | 1/2025 |
| PMSC | INACIO RODRIGUES | 924576601 | 2º Sargento | ***.907.619-** | 896/2025 |
| PMSC | ISMAEL DAMAZIO GUEDES | 923624401 | 2º Sargento | ***.233.779-** | 805/2025 |
| PMSC | JACKSON ANDREI CE | 924782301 | 2º Sargento | ***.113.639-** | 792/2025 |
| PMSC | JACKSON DEIVIS DALMARCO | 922548002 | 2º Sargento | ***.885.769-** | 1395/2025 |
| PMSC | JACY MARCELO VIANA FILHO | 918619001 | Subtenente | ***.929.409-** | 794/2025 |
| PMSC | JAIR FLAUSINO SCHLEMPER | 923767401 | 2º Sargento | ***.425.349-** | 793/2025 |
| PMSC | JEAN RICARDO BORGES DE OLIVEIRA | 923403901 | 2º Sargento | ***.798.269-** | 542/2025 |



| | | | | | |
|------|------------------------------|-------------|---------------------------------------|----------------|-----------------------|
| PMSC | JOSE HELIO KRASCHINSKI | 925351301 | 3º Sargento | ***.821.579-** | 892/2025 |
| PMSC | KATIA RAQUEL BATSCHAUER | 0924701701 | Subtenente | ***.804.519-** | 507/2025 |
| PMSC | LEANDRO PRUDENCIO | 924461101 | Subtenente | ***.976.279-** | 885/2025 |
| PMSC | LEVINO MANOEL HERMANN | 923848401 | SUBTENENTE | ***.526.589-** | 785/2025 |
| PMSC | LUIZ ANTONIO PODSKARBI | 917940201 | Subtenente | ***.969.109-** | 734/2025 |
| PMSC | MARCELO JANKOVSKI | 926822701 | 2º Sargento | ***.321.899-** | 843/2025 |
| PMSC | MARCIO ANTONIO MOREIRA PAZ | 924399201 | 2º Sargento | ***.035.059-** | 868/2025 |
| PMSC | MARCIO BITTENCOURT ALDINA | 923696101 | 2º Sargento | ***.741.179-** | 878/2025 Ret-877/2025 |
| PMSC | MARCIO DA SILVA | 925538901 | Subtenente | ***.911.359-** | 796/2025 |
| PMSC | MARCO AURELIO MACANEIRO | 925405601 | 2º SARGENTO | ***.739.429-** | 1393/2024 |
| PMSC | MARCOS JOAO AULER | 924404201 | 2º Sargento | ***.444.799-** | 423/2025 |
| PMSC | MARCOS MAZIERO | 925808601 | 2º Sargento | ***.040.059-** | 791/2025 |
| PMSC | MARCOS ROGERIO DIAS DA SILVA | 923894801 | 2º Sargento | ***.228.049-** | 797/2025 |
| PMSC | MARLON ROBERTO GREYER | 925201001 | 2º Sargento | ***.548.319-** | 731/2025 |
| PMSC | MAURO PEREIRA ESPINDOLA | 923681301 | 2º Sargento | ***.618.439-** | 813/2025 |
| PMSC | MOISES ALEXANDRE FIRMO | 925533801 | 2º Sargento | ***.396.260-** | 714/2025 |
| PMSC | NERIO WINK | 921816501 | Subtenente | ***.316.509-** | 649/2025 |
| PMSC | NILSON JOSE SOLIGO | 918773101 | Subtenente | ***.684.789-** | 886/2025 |
| PMSC | NILSON MARTINS | 918183002 | Subtenente | ***.220.349-** | 836/2025 |
| PMSC | OTAVIO DICIONEI SARTOR | 923693701 | 2º Sargento | ***.843.309-** | 747/2025 |
| PMSC | PAULO CESAR DUARTE DA SILVA | 925595801 | 2º Sargento | ***.693.569-** | 713/2025 |
| PMSC | PAULO JOAQUIM RODRIGUES | 925413702 | 2º Sargento | ***.249.979-** | 798/2025 |
| PMSC | PAULO MARCIO ALVES | 925167701 | 2º Sargento | ***.443.869-** | 891/2025 |
| PMSC | REGINALDO TCHAIKA | 923528001 | 2º Sargento | ***.734.649-** | 491/2025 |
| PMSC | RICARDO ALEXANDRE DOS SANTOS | 923982001 | 2º Sargento | ***.801.689-** | 894/2025 |
| PMSC | RODRIGO CARDOSO | 924437901 | 2º Sargento | ***.438.599-** | 741/2025 |
| PMSC | ROGER DAS NEVES ROSA | 925099901 | 2º Sargento | ***.385.799-** | 743/2025 |
| PMSC | SERGIO ANTONIO RECH | 924999001 | 2º SARGENTO | ***.229.999-** | 1396/24 |
| PMSC | SIDNEI JOSE DA SILVA | 923950201 | 2º Sargento | ***.649.589-** | 901/2025 |
| PMSC | UBIRAJARA OZIEL LEMES | 923762301 | SUBTENENTE | ***.327.799-** | 763/2025 |
| SAR | LUIZ CARLOS DA SILVA | 0248925201 | TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | ***.378.779-** | 2543/IPREV/2025 |
| SCC | ROQUE RENSI FILHO | 0226169301 | PROFESSOR | ***.952.179-** | 1258/2022 |
| SDS | ADULCIO DOMINGOS TRINDADE | 237962-7-01 | AGENTE DE SERVICOS GERAIS | ***.748.299-** | 2642/2003/IPREV |
| SDS | CLEUSA TERESINHA | 0239329801 | ANALISTA TECNICO ADMINISTRATIVO II | ***.861.339-** | 40/2004 |



| | | | | | |
|-----|--|-------------|---------------------------------------|----------------|--|
| | SUITER DE AQUINO | | | | |
| SDS | KATIA REGINA LEITE | 0158879601 | ANALISTA DA RECEITA ESTADUAL I | ***.360.519-** | 2554/2023 |
| SDS | OLAVO DEODORO FAUSTINO | 235899901 | TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | ***.918.789-** | 2582/2003 |
| SDS | ROSE MARLY SCHROEDER | 0239277101 | ASSISTENTE SOCIAL | ***.377.599-** | 17436/2004 |
| SDS | VANDERLEI DA SILVA | 235797601 | TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | ***.429.189-** | 6672/1991 |
| SEA | ANGELIA DE SOUZA | 0163692801 | PROFESSOR | ***.032.129-** | 2041/2020 |
| SEA | MAURO JONCK | 0148182701 | TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | ***.886.359-** | 1486/1991 |
| SEA | SERGIO TEIXEIRA VARGAS | 0194151801 | MÉDICO | ***.795.599-** | 1677/2023 |
| SEA | SILVIO GONCALVES | 0145562101 | AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS | ***.540.419-** | 2605/IPREV/2025 |
| SED | AILTON ALAERCIO GOMES DE CAMPOS | 0205148604 | PROFESSOR | ***.321.499-** | 2526/IPREV/2025 |
| SED | ALBANIA CALEFFI | 0260873104 | PROFESSOR | ***.282.009-** | 3273/2025 |
| SED | ALESSANDRA MARIA CE | 0273101004 | PROFESSOR | ***.048.809-** | 369/2023 - 4334/2023 - 345/2024 - 346/2024 |
| SED | ALINE APARECIDA LAURENTINO | 0286465704 | PROFESSOR | ***.468.599-** | 2717/IPREV/2025 |
| SED | ANA MARCIA LOPES DA SILVA | 0293352702 | CONSULTOR EDUCACIONAL | ***.192.889-** | 3539/2021- Ret. 3838/2021 - Ret. Ap 233/2024 |
| SED | ANTONIETA APARECIDA MAGISTRALI MACHADO | 0277719303 | PROFESSOR | ***.389.869-** | 3288/IPREV/2025 |
| SED | APARECIDA CUSIN | 0223864002 | PROFESSOR | ***.083.229-** | 3065/2025 |
| SED | ARLENE APARECIDA DE ARRUDA | 0230922001 | EAE - SUPERVISOR ESCOLAR | ***.648.549-** | 2837/2025 |
| SED | CARLA HELENA BEZERRA SGROTT | 0211125001 | Professor | ***.797.849-** | Apostila nº 177/2024 |
| SED | CARLA IBIARA ZONTA SCHEUERMANN | 0264353703 | Professor | ***.797.809-** | 3320/2025 |
| SED | CLAIR FATIMA ZACCHI | 0211573503 | PROFESSOR | ***.780.759-** | Apostila nº 161/2024 |
| SED | CLEUZA TEREZINHA SCARAVELLI MIOTTO | 209778803 | SUPERVISOR ESCOLAR | ***.840.799-** | 3807/2022 - Ret. Ap. 304/2022 |
| SED | DAVID FELIPE | 0187351203 | PROFESSOR | ***.915.849-** | 3386/2025 |
| SED | DAVID WINTER | 0673796001 | PROFESSOR | ***.780.119-** | 2220/2025 |
| SED | DENISE DE BEM BEZ | 0234252904 | PROFESSOR | ***.496.699-** | 2902/IPREV/2025 |
| SED | DILCE ROSA DIOTO | 169582-7-01 | PROFESSOR | ***.635.670-** | 1003/2023 - 106/2023 - 4296/2024 |
| SED | DINAMAR CLAUDIA ARGENTON SIEGA | 0250523103 | PROFESSOR | ***.523.039-** | 2896/2025 |
| SED | EDILENE MEZADRI WINTER | 345793102 | DOCENCIA/PROFESSOR | ***.571.429-** | 2232/2025 |
| SED | EDNA MARIA DA SILVA | 302021503 | PROFESSOR | ***.845.899-** | 2342/2025 |
| SED | EDSON CELIO ALEXANDRE | 0273803105 | PROFESSOR | ***.406.319-** | 3223/2025 |
| SED | EDSON JOSE LOPES | 0152732001 | PROFESSOR | ***.941.209-** | 2827/2025 |



| | | | | | |
|-----|--------------------------------------|-------------|-------------------------------|----------------|--|
| SED | ELIAS ALVES KUSTER | 0352482502 | PROFESSOR | ***.592.409-** | 2897/2025 |
| SED | ELICIANE DA ROCHA BUSS | 0310520202 | PROFESSOR | ***.673.909-** | 2993/2025 |
| SED | ELIZETE PECINATO DE JESUS | 151491-1-02 | PROFESSOR | ***.812.829-** | Ap. 69/2023 |
| SED | ELONI LORENZON | 0232331105 | PROFESSOR | ***.746.409-** | 2577/2025 |
| SED | ESIO MATOS SANTIAGO | 0168151601 | PROFESSOR | ***.069.429-** | 2505/IPREV/2025 |
| SED | FATIMA APARECIDA CAMPOS MORENO LOPES | 0372776901 | ASSISTENTE DE EDUCACAO | ***.477.018-** | 2552/2025 |
| SED | GEROLD FUHRMANN | 0197803904 | PROFESSOR | ***.546.879-** | 2337/2025 |
| SED | GILEZIO CASTRO BARBOZA | 114849403 | SUPERVISOR ESCOLAR | ***.087.569-** | Apostila 27/2023 |
| SED | HELIO SILVINO HENN | 133925-7-01 | PROFESSOR | ***.358.059-** | 469/2023 - 55/2023 |
| SED | IANDRA PEREIRA NEUMANN | 0310885603 | PROFESSOR | ***.253.119-** | 2988/IPREV/2025 |
| SED | INES RASTELLI VOLL | 0361580402 | Nível Auxiliar | ***.947.679-** | 2340/IPREV/2025 |
| SED | IVANI ALCINEIA SEIDLER | 0313435003 | PROFESSOR | ***.131.609-** | 2871/2025 |
| SED | IVANIA MARIA ORTLIEB | 229128204 | PROFESSOR | ***.566.069-** | 1047/2022 - 72/2022 |
| SED | IVONE FLAMIA GOMES | 0091144501 | PROFESSOR | ***.726.519-** | 3013/IPREV/2025 |
| SED | JANE LOPES CAMPOS | 0260415903 | PROFESSOR | ***.579.039-** | Apostila 96/2023 |
| SED | JANETE APARECIDA RODRIGUES | 0667577802 | PROFESSOR | ***.363.779-** | 2690/2025 |
| SED | JANICE TEREZINHA BLACK REVERS | 0262434604 | PROFESSOR | ***.676.569-** | 2689/2025 |
| SED | JEANMARY KLAUBERG | 0233680401 | PROFESSOR | ***.700.459-** | 2863/2025 |
| SED | JOAO BATISTA RAMOS RODRIGUES | 0233947103 | PROFESSOR | ***.470.019-** | 2982/2025 |
| SED | JOAQUIM VIEIRA DE MELO FILHO | 0230203904 | ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO | ***.648.129-** | Apostila 274/2022 |
| SED | JORGE JOSE DA CUNHA | 0201391601 | PROFESSOR | ***.924.229-** | 2901/2025 |
| SED | JOSANE FERNANDES DIAS OLDONI | 0207961504 | PROFESSOR | ***.319.529-** | 2108/2025 |
| SED | JOSE DIAS LIMA | 0258764504 | PROFESSOR | ***.296.006-** | 2929/2025, retificado pelo Ato Ret-3212/2025 |
| SED | JUSSARA ELEGUIDA | 0216643701 | ASSISTENTE TÉCNICO-PEDAGÓGICO | ***.519.460-** | 2909/IPREV/2025 |
| SED | LAERCIO GOEDERT | 0257188903 | PROFESSOR | ***.983.689-** | 2538/2025 |
| SED | LAUCIR PAULO MAZIERO | 0225741604 | PROFESSOR | ***.462.789-** | 2889/2025 |
| SED | LEONARDO ANTONILO | 0251309904 | PROFESSOR | ***.034.569-** | 2872/2025 |
| SED | LIAMAR ROSANI SCHNEIDER KRAMEL | 0192761203 | ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO | ***.588.269-** | 3046/2025 |
| SED | LILIAN FABIANA DE BRUM | 0171071006 | ASSISTENTE TECNICO PEDAGÓGICO | ***.156.239-** | 1179/2014 |
| SED | LILIAN MARIA ARAUJO SPECK | 321944504 | ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO | ***.510.369-** | 3892/2022 - Apostila 319/2022 |
| SED | LILIANA APARECIDA | 190073002 | PROFESSOR | ***.838.609-** | Apostila 95/2023 |



| | | | | | |
|-----|---|-------------|-------------------------------------|----------------|--|
| | SCHROEDER JURICH | | | | |
| SED | LISEU PEDRO SCHUH | 0273499001 | PROFESSOR | ***.259.649-** | 2999/IPREV/2025 |
| SED | LIZETE DE FATIMA SILVEIRA CEZAR | 0232384202 | PROFESSOR | ***.788.340-** | 2691/IPREV/2025 |
| SED | LUCIANA PICCOLI CANTELLI | 0277420803 | PROFESSOR | ***.779.079-** | 2616/2025 |
| SED | LUCIANA ROGERIA DE MIRA RIEPER | 0277973004 | PROFESSOR | ***.031.089-** | Portaria 4493/2024 Ret-62/2025 |
| SED | LUCIANE APARECIDA MELOTTO | 323745103 | PROFESSOR | ***.699.109-** | 2751/2025 |
| SED | LUCILENE APARECIDA STEFENON PERIN | 0257581702 | EAE - SUPERVISOR | ***.422.039-** | 2528/IPREV/2025 |
| SED | LUCINEIDE MARTINS | 0272514203 | PROFESSOR | ***.381.939-** | 2862/2025 Ret- 3066/2025 Ret- 239/2025 |
| SED | MARA RUBIA VIEIRA | 0217198803 | ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO | ***.743.069-** | 3361/2025 |
| SED | MARCELA MARIA PACHECO | 0296223303 | ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO | ***.522.449-** | 3260/2025 |
| SED | MARCIA APARECIDA PARTALA | 0300864903 | PROFESSOR | ***.146.079-** | 3329/2025 |
| SED | MARCIA DELLAGNELO | 227163004 | PROFESSOR | ***.831.879-** | 2686/2022 - Apostila 204/2022 |
| SED | MARCIANA LUNARDI | 0344503803 | PROFESSOR | ***.705.350-** | 2815/2025 |
| SED | MARGARET SOUZA BETINELLI | 189389004 | PROFESSOR | ***.333.409-** | 979/2023 - Apostila 102/2023 |
| SED | MARIA APARECIDA PEDRO GOUDINHO | 0301607203 | PROFESSOR | ***.818.089-** | 3222/IPREV/2025 |
| SED | MARIA ESTELITA FIGUEIREDO CORREA | 0339358503 | PROFESSOR | ***.840.759-** | 2546/2025 |
| SED | MARIA GORETI MACIEL DE SOUZA | 0252238103 | EAE - ORIENTADOR EDUCACIONAL | ***.009.939-** | 2841/2025 |
| SED | MARIA TEREZA CURCIO | 0285990402 | ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO | ***.141.829-** | 2824/IPREV/2025 |
| SED | MARICILDE MARIA SILVEIRA | 142250204 | PROFESSOR | ***.460.709-** | 3722/2022 - Apostila 299/2022 |
| SED | MARINEUSA DOERNER OLIVO | 0323719201 | PROFESSOR | ***.499.809-** | 2759/2025 |
| SED | MARISTELA BRANCO DOS SANTOS ATANASIO | 0251966603 | PROFESSOR | ***.969.379-** | 2783/2025 |
| SED | MARISTELA DA PURIFICACAO BRAZ MARIA DO VALLE | 0263262403 | PROFESSOR | ***.103.509-** | 3012/2025 |
| SED | MARIVANE DEMOZZI ROSSETTI | 0319796404 | PROFESSOR | ***.571.239-** | 2639/2025 |
| SED | MARLENE DE LIMA GRUTZMANN | 0249540605 | PROFESSOR | ***.568.480-** | 2728/2025 |
| SED | MARTA CEZAR SAPATA | 0344798702 | PROFESSOR | ***.417.270-** | 2906/2025 |
| SED | MARTIN KRUGER | 211269804 | PROFESSOR | ***.505.439-** | 287/2025 |
| SED | MIGUEL MARASCHIM | 0177202306 | ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO | ***.338.359-** | 3212/IPREV/2025 |
| SED | NADIA FATIMA STOLF | 0329434002 | PROFESSOR | ***.596.399-** | 2905/IPREV/2025 |
| SED | NADIA MARIA FAE RIZZOTTO | 0218059604 | PROFESSOR | ***.136.189-** | 3029/IPREV/2025 |
| SED | NAIR MICHELS RUPPENTHAL | 174126-8-01 | PROFESSOR | ***.519.959-** | Apostila 179/2022 |



| | | | | | |
|--------|------------------------------------|------------|---------------------------------------|----------------|---|
| SED | ORLANDO FERRARI | 0155787401 | PROFESSOR | ***.708.980-** | 2874/2025 |
| SED | PATRICIA BANDELOW AMARAL | 0355922003 | PROFESSOR | ***.137.139-** | 2744/2025 |
| SED | PEDRO FERNANDES | 0277920003 | PROFESSOR | ***.458.849-** | 3287/IPREV/2025 |
| SED | RENILDA RIBEIRO FERRUGEM | 0298569103 | PROFESSOR | ***.783.909-** | 2745/2025 |
| SED | RITA DE CASSIA ANDRADE DE OLIVEIRA | 0270489704 | EAE - ADMINISTRADOR ESCOLAR | ***.369.749-** | 2825/2025 |
| SED | ROSANGELA DOS SANTOS | 0156209601 | PROFESSOR | ***.761.229-** | 3059/IPREV/2025 |
| SED | ROSIMERI JANNING KUKLINSKI | 0276824004 | PROFESSOR | ***.182.909-** | 2403/IPREV/2025 |
| SED | ROSIMERI PEREIRA DA ROSA | 0297630701 | PROFESSOR | ***.313.089-** | 2656/2025 |
| SED | SAIONARA VOOS | 0214408501 | PROFESSOR | ***.324.309-** | 2506/IPREV/2025 |
| SED | SAMARA LUCIANA FARIAS | 0302236603 | PROFESSOR | ***.648.949-** | 2331/2025 |
| SED | SANDRA MARILIA DA SILVA FARIAS | 0400081105 | PROFESSOR | ***.617.380-** | 3279/2025 |
| SED | SHEILA FABIANA SCHWEIGERT | 0260717403 | PROFESSOR | ***.957.849-** | 2338/IPREV/2025 |
| SED | SIMONETE KUERTEN GUIZONI | 193709004 | PROFESSOR | ***.367.129-** | Apostila 48/2023 |
| SED | SOLEMIR TERESA DE LIMA | 0342628908 | ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO | ***.103.099-** | 2891/2025 |
| SED | TABAJARA MONTEDO | 250657206 | PROFESSOR | ***.947.569-** | 1652/2025 Ret-Ap 158/2025 |
| SED | TERESINHA LENIR MEIRA SGAZ | 0302104105 | PROFESSOR | ***.210.829-** | 2360/IPREV/2025 |
| SED | TEREZINHA FAVARO DA SILVEIRA | 0203520001 | ORIENTADOR EDUCACIONAL | ***.669.909-** | 2865/2025 |
| SED | VALDINA ALIXANDRE | 0177239202 | ORIENTADOR EDUCACIONAL | ***.701.189-** | 1908/2025 Ret-2112/2025 Ret-Ap 166/2025 |
| SED | VALERIA NUNES | 0344606902 | PROFESSOR | ***.964.559-** | 3174/IPREV/2025 |
| SED | VALTER JOAO MARTIM | 0375237201 | AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS | ***.701.749-** | 2890/2025 |
| SED | VANDERLEIA GRASSI | 0320055803 | PROFESSOR | ***.794.719-** | 3309/2025 |
| SED | VANDREI PRADI | 0273816304 | PROFESSOR | ***.955.009-** | 2752/2025 |
| SED | ZENAIR DE SOUZA MACEDO MACHADO | 0327418703 | ADMINISTRADOR ESCOLAR | ***.408.869-** | 2583/IPREV/2025 |
| SEF | HUELINTON WILLY PICKLER | 0913511101 | AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL | ***.587.989-** | 2892/2025 |
| SEF | VALDIR BRAZ DE SOUZA | 0204359901 | ANALISTA DA RECEITA ESTADUAL III | ***.869.309-** | 13/2021/IPREV |
| SEJURI | ANITA ROSALIA DA SILVA | 0038891201 | TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | ***.335.249-** | 2814/IPREV/2025 |
| SEJURI | ANTONINHO DA MAIA PAVAO | 0248801901 | MOTORISTA | ***.842.629-** | 2915/2023 |
| SEJURI | AROLD ADELAR LUDWIG | 0247564201 | AGENTE EM ATIVIDADES DE ENGENHARIA | ***.887.839-** | 1058/2023 Ret-149/2023 |
| SEJURI | EDSON ROBERTO JUREK | 0923527202 | POLICIAL PENAL | ***.805.719-** | 1993/2023 |
| SEJURI | EUGENIO VIECELI | 0233125001 | POLICIAL PENAL | ***.008.859-** | 2364/IPREV/2025 |
| SEJURI | ISRAEL MIRANDA | 0383847101 | POLICIAL PENAL | ***.444.739-** | 2357/IPREV/2025 |
| SEJURI | JANAINA LUCIANA COSTA RAMOS | 0298063003 | POLICIAL PENAL | ***.702.309-** | 2001/2023 |
| SEJURI | JORGE ROBERTO WEICKERT | 0153738506 | POLICIAL PENAL | ***.398.419-** | 3328/2023 Ret-4299/2024 |
| SEJURI | JULIANA DA SILVA | 0654636601 | POLICIAL PENAL | ***.466.089-** | 2362/2025 |



| | | | | | |
|--------|---------------------------------|-------------|--|----------------|---|
| SEJURI | LUCIANA ALVES DO NASCIMENTO | 0358628602 | POLICIAL PENAL | ***.485.277-** | 3398/IPREV/2025 Ret-282/2025 |
| SEJURI | LUCIANO TURATTO | 0393377601 | POLICIAL PENAL | ***.933.749-** | 3310/IPREV/2025 |
| SEJURI | MARCIO REICHARDT MUNHOZ | 350449201 | POLICIAL PENAL | ***.190.309-** | 2100/2025 |
| SEJURI | NAZARENO BENTO PACHECO | 166953201 | TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | ***.902.869-** | 1662/2025 |
| SEJURI | NORIVAL AUGUSTO ROVANI | 0254278101 | POLICIAL PENAL | ***.234.359-** | 811/2023 |
| SEJURI | ROGERIO PIRES | 0366020603 | POLICIAL PENAL | ***.967.919-** | 3018/2025 |
| SES | ADEMIR GOULART | 0363059501 | AUXILIAR DE ENFERMAGEM | ***.927.349-** | 2990/IPREV/2025 |
| SES | ARLINDO DA CUNHA | 244683901 | ANALISTA TÉCNICO EM GESTÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE/GRUPO CLASSE III/AUXILIAR SERVIÇOS HOSPITALARES E ASSISTENCIAIS | ***.259.639-** | 4340/2024/IPREV |
| SES | CARLOS ALBERTO MENDES | 240835-0-01 | AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS | ***.636.859-** | 756/2011, retificado Atos 122/2022 e 486/2022 |
| SES | CARMEM LUCIA GARCIA | 243152101 | AGENTE DE SERVICOS GERAIS | ***.634.619-** | 2974/2024/IPREV |
| SES | DAIANE REGINA MACHADO | 0969638501 | TÉCNICO EM ENFERMAGEM | ***.407.799-** | 2429/IPREV/2025 |
| SES | DANIA STELA DA CRUZ | 244730401 | AUXILIAR DE SERVICOS HOSPITALARES E ASSISTENCIAIS | ***.083.399-** | 2941/2024/IPREV |
| SES | DENISE BOUSFIELD DA SILVA | 245282001 | MÉDICO | ***.298.799-** | 995/2023 - 103/2023 |
| SES | EDSON SOARES DE OLIVEIRA | 0363956801 | AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS | ***.259.139-** | 553/2024 Ret-769/2024 Ret-Ap. 71/2024 |
| SES | FERNANDO RITZMANN | 0326801202 | MÉDICO | ***.308.339-** | 3056/IPREV/2025 |
| SES | ISABEL CRISTINA MAIA DA SILVA | 275565301 | AGENTE DE SERVICOS GERAIS | ***.955.319-** | 3173/2022 - 242/2022 |
| SES | JAQUELINE GOES | 0666439302 | TÉCNICO EM ENFERMAGEM | ***.404.738-** | 1236/2024 Ret-303/2025 Ret-27/2025 |
| SES | LUIZ CARLOS PERES | 0242429001 | BIBLIOTECÁRIO | ***.499.529-** | 11333/2024 |
| SES | MARA REGINA SUTIL DE LIZ | 244752501 | AGENTE DE SERVICOS GERAIS | ***.653.099-** | 1403/2023 - 162/2023 |
| SES | MARIA DE LOURDES BUZZI MATTHIES | 0383920601 | TECNICO EM ENFERMAGEM | ***.649.929-** | 2267/2025 |
| SES | MARIA HILDA STEFENON PAES | 0365441902 | TÉCNICO EM ENFERMAGEM | ***.133.619-** | 2549/IPREV/2025 |
| SES | NADIA VALERIA DA SILVA | 244242603 | TECNICO EM ENFERMAGEM | ***.515.348-** | 991/2024 - 76/2024 |
| SES | ODETE MARIA DOS SANTOS GUISONI | 0917610102 | TÉCNICO EM ENFERMAGEM | ***.944.659-** | 2770/2025 |
| SES | OTILIA MIRANDA ROSA | 243598501 | AUXILIAR DE SERVICOS HOSPITALARES E ASSISTENCIAIS | ***.373.849-** | 3353/2022 - 253/2022 |
| SES | RANIELLY FRANCISCO DOS SANTOS | 0383177901 | ENFERMEIRO | ***.556.699-** | 2333/2025 |
| SES | ROSEMARI FARIAS HEUSSER | 0383755601 | AUXILIAR DE ENFERMAGEM | ***.558.549-** | 2344/IPREV/2025 |



| | | | | | |
|-------|--------------------------------|------------|--|----------------|--------------------------------|
| SES | SIRLEY VIEIRA VELHO | 0373605901 | BIOQUÍMICO | ***.418.589-** | 3163/IIPREV/2025 Ret-3285/2025 |
| SES | SONIA MARIA MARTINS | 255796701 | descrição Cargo | ***.196.289-** | 3881/2022 - 317/2022 |
| SES | SUELI DE LOURDES LEONI | 245236701 | AUXILIAR DE ENFERMAGEM | ***.903.609-** | 994/2023 |
| SES | VANIO CARDOSO LISBOA | 243349401 | MÉDICO | ***.190.869-** | 228/2022 - 247/2023 - 248/2023 |
| SES | VIDAL JOSE DA SILVA | 176808501 | AUXILIAR DE SAÚDE PÚBLICA | ***.610.119-** | 4608/2024 |
| SES | VILBERTO JOSE VIEIRA | 0309275502 | ANALISTA TÉCNICO EM GESTÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE, na competência de Médico | ***.140.749-** | 3735/2022 Ret-3401/2025 |
| SETUR | CARLOS ALBERTO ALVES TEIXEIRA | 0153217001 | PROFESSOR | ***.992.610-** | 1256/2025 |
| SICOS | CARMEN SALETTE SBEGHEN FREITAS | 0236011001 | ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO II | ***.055.879-** | 3324/2025 |
| SIE | EDIO VALENTIM SILVA | 0174794001 | TÉCNICO EM ATIVIDADES DE ENGENHARIA | ***.237.089-** | 3009/2023 |
| SIE | FERNANDO CESAR DE AZEVEDO | 0173513601 | AGENTE EM ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO | ***.830.329-** | 2991/IPREV/2025 |
| SIE | JAIR JOSE DA SILVA | 0172692701 | TÉCNICO EM ATIVIDADES DE ENGENHARIA | ***.822.719-** | 3106/IPREV/2025 |
| SIE | JOAO FRANCISCO FLORIANO | 0246378401 | TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, | ***.707.409-** | 1536/2024 |
| SIE | LUIZ ANTONIO VIEIRA GOULART | 0172864401 | ENGENHEIRO | ***.957.039-** | 3588/2023 |
| SIE | MIGUEL PEDRO ATHERINO | 0172801601 | engenheiro | ***.349.089-** | 3019/2025 |
| SIE | PAULO ANTONIO HAUFFE | 0174663401 | ENGENHEIRO | ***.518.049-** | 1815/2003 |
| UDESC | ALFREDO BALDUINO SANTOS | 346439302 | PROFESSOR UNIVERSITÁRIO | ***.662.589-** | 1599/2025 |
| UDESC | JANETE MARIA GHELLER | 0283394804 | TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DE SUPORTE | ***.218.140-** | 2507/2025 |
| UDESC | LUCIANA SILVA DESTRI PEROZIN | 0369609001 | TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO | ***.875.309-** | 3198/2025 |
| UDESC | MARIA ESTER MENEGASSO | 359081001 | PROFESSOR UNIVERSITARIO | ***.233.259-** | 05/2023 - Apostila 05/2023 |
| UDESC | ROSANGELA FELIPPI | 0290337701 | TECNICO UNIVERSITARIO DESENVOLVIMENTO - CLASSE C | ***.025.159-** | 1869/2025 |

2. Dar ciência desta Decisão às Unidades Gestoras conjuntas.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

ADERSON FLORES

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC



Administração Pública Municipal

Águas Frias

Processo n.: PMO 25/00161336

Assunto: Primeiro Monitoramento decorrente da Auditoria Operacional (RLA 22/80030408) que verificou a adequação do Plano Diretor do Município

Responsável: Wesley Terribile

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águas Frias

Unidade Técnica: DAE

Decisão n.: 126/2026

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Conhecer do **Relatório DAE/CAOP-II/Div.2 n. 128/2025**, que trata do primeiro monitoramento decorrente da Auditoria Operacional, pertinente ao Processo n. RLA 22/80030408, que avaliou a implementação da elaboração do Plano Diretor pelo Município de Águas Frias.

2. Considerar cumprida a determinação dirigida à Prefeitura Municipal de Águas Frias, constante do item 2.1 da Decisão n. 1970/2023, de elaborar o seu Plano Diretor, em consonância com os arts. 182 da Constituição Federal e 40 a 42 da Lei n. 10.257/2001.

3. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como do **Relatório DAE/CAOP-II/Div.2 n. 128/2025**, à Prefeitura Municipal de Águas Frias.

4. Determinar o encerramento deste processo de monitoramento, conforme prevê o art. 15 da Resolução n. TC-176/2021.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Balneário Rincão

Processo n.: REP 25/00099940 (Vinculado: Processo n. REP-25/00096097)

Assunto: Representação acerca de supostas irregularidades referentes à ausência de processo licitatório

Interessados: João Carlos Patrício e Suzana Zanette de Costa

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Balneário Rincão

Unidade Técnica: DLC

Decisão n.: 115/2026

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Considerar atendidos os critérios de admissibilidade e seletividade estabelecidos na Resolução n. TC-283/2025.

2. Conhecer da presente Representação, apresentada pelo Vereador João Carlos Patrício, relatando supostas irregularidades na gestão financeira e administrativa na Câmara Municipal de Balneário Rincão.

3. Considerar improcedente, na forma do art. 27, *caput* e parágrafo único, da Instrução Normativa n. TC-21/2015, a presente Representação, diante da não configuração da suposta irregularidade relativa à realização de contratações diretas, nos últimos oito anos, sem a instauração do devido processo licitatório e fora das hipóteses legais de dispensa ou inexigibilidade.

4. Recomendar à Prefeitura Municipal de Balneário Rincão a atualização e regularização dos dados constantes no portal da transparência do Município, em especial quanto ao ano de 2025.

5. Dar ciência desta Decisão às Interessadas supranominadas, à Prefeitura Municipal de Balneário Rincão e à Câmara de Vereadores daquele Município.

6. Determinar o arquivamento dos presentes autos, na forma do art. 5º, I, *c/c* o art. 27, *caput*, da Instrução Normativa n. TC-21/2015.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

SABRINA NUNES IOCKEN

Relatora



Fui presente: CIBELLY FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Chapecó

Processo n.: DEN 25/00178905

Assunto: Denúncia acerca de supostas irregularidades referentes à obra de instalação de cobertura em via pública e descumprimento da Notificação de Alerta n. 383/2025/TCE/SC

Interessado: Luiz Felipe Ferreira

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Chapecó

Unidade Técnica: DLC

Decisão n.: 99/2026

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Não conhecer da presente Denúncia, com fundamento no art. 96, § 3º, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução n. TC-06/2001), por não preencher os pressupostos de admissibilidade previstos nos arts. 65 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000 c/c o 96, *caput*, do citado Regimento.

2. Dar ciência desta Decisão, bem como do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, ao Denunciante, Sr. Luiz Felipe Ferreira, e à Prefeitura Municipal de Chapecó.

3. Determinar o arquivamento dos autos.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

CLEBER MUNIZ GAVI

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Processo n.: REP 25/00142544

Assunto: Representação acerca de supostas irregularidades referentes aos Processos de Licitação ns. 187 e 262/2024 - Contratação de serviços de reforma do Centro Comunitário Alta Floresta e do Centro de Educação Infantil Municipal (SEI 25.0.000003153-7)

Interessado: Observatório Social do Brasil (seção de Chapecó)

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Chapecó

Unidade Técnica: DLC

Decisão n.: 98/2026

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Não conhecer da Representação, com fundamento no art. 96, § 3º, c/c os arts. 102, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução n. TC-06/2001) e 9º da Resolução n. TC-165/2020, por não atender aos requisitos de seletividade previstos na Resolução n. TC-283/2025.

2. Dar ciência desta Decisão, bem como do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, ao Representante, à Prefeitura Municipal de Chapecó e ao Controle Interno daquele Município.

3. Determinar o arquivamento dos autos.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

CLEBER MUNIZ GAVI

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC



Concórdia

Processo n.: REP 25/00165080

Assunto: Representação acerca de supostas irregularidades referentes à Concorrência Eletrônica n. 108/2025/PMC – Contratação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos

Interessada: Saay's Soluções Ambientais Ltda.

Responsáveis: Edilson Massocco, Camila Cristina Marinho Vieira e Rafael Rossett Corezzolla

Procuradores: Lucas Bastos e outros (da Interessada)

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Concórdia

Unidade Técnica: DLC

Decisão n.: 50/2026

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Considerar improcedente a presente Representação, conforme o art. 27, parágrafo único, da Instrução Normativa n. TC-21/2015.
2. Dar ciência desta Decisão, bem como do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, à empresa Representante, à empresa CRI Gestão de Resíduos Ltda., na pessoa do seu representante legal, aos Responsáveis retromencionados, ao órgão de Controle Interno e à Procuradoria Jurídica da Unidade Gestora em tela.
3. Determinar o arquivamento do presente processo.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes locken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

WILSON ROGÉRIO WAN-DALL

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Florianópolis

Processo n.: RLI 19/00659589

Assunto: Inspeção sobre supostas irregularidades referentes à execução do Termo de Contrato n. 1185/SECULT/2018 - Permissão de uso da Passarela do Samba Nego Quiri

Responsáveis: Gean Marques Loureiro, Daniela de Jesus, Edmilson Carlos Pereira Júnior e Ubiraci Farias

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Florianópolis

Unidade Técnica: DGE

Decisão n.: 76/2026

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Considerar prejudicado o atendimento ao item 3.2 do Acórdão n. 340/2020, reiterado pelo item 2 do Acórdão n. 68/2022, por perda de objeto.
2. Dar ciência desta Decisão à Liga das Escolas de Samba de Florianópolis (LIESF), aos Srs. Rafael Poletto dos Santos e Douglas Pires Fortkamp, à Prefeitura Municipal de Florianópolis, à Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer deste Município e ao órgão de Controle Interno e à Procuradoria Jurídica da Unidade Gestora em tela.
3. Determinar o arquivamento do presente processo, diante da perda do objeto, com fulcro no art. 46, IV, da Resolução n. TC-09/2002.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes locken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

ADERSON FLORES

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC



Itaiópolis

Processo n.: DEN 25/00150482

Assunto: Denúncia acerca de supostas irregularidades referentes ao descumprimento do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica

Interessado: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itaiópolis e Região (SINTRAMIST)

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Itaiópolis

Unidade Técnica: DAP

Decisão n.: 70/2026

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Não conhecer da Denúncia, tendo em vista que a demanda não alcançou pontuação mínima da análise de seletividade, nos termos do art. 9º da Resolução n. TC-165/2020.

2. Dar ciência desta Decisão ao Interessado supranominado e à Prefeitura Municipal de Itaiópolis.

3. Determinar o arquivamento dos autos.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

ADERSON FLORES

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Pescaria Brava

Processo n.: DEN 25/00182252

Assunto: Denúncia acerca de supostos danos a particular em decorrência de obra pública de asfaltamento

Interessada: Sueli dos Santos Venâncio

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava

Unidade Técnica: DLC

Decisão n.: 100/2026

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Não conhecer da presente Denúncia, com fundamento no art. 96, § 3º, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução n. TC-06/2001), por não preencher os pressupostos de admissibilidade previstos nos art. 65 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000 c/c o 96, *caput*, do citado Regimento.

2. Dar ciência desta Decisão, bem como do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, à Denunciante, Sra. Sueli dos Santos Venâncio, e à Prefeitura Municipal de Pescaria Brava.

3. Determinar o arquivamento dos autos.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

CLEBER MUNIZ GAVI

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Rio das Antas

Processo n.: PMO 25/00138512

Assunto: Primeiro Monitoramento decorrente da Auditoria Operacional (RLA 21/00593891) que verificou a adequação do Plano Diretor do Município

Responsável: Gilvane Aparecida de Moraes

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio das Antas

Unidade Técnica: DAE

Decisão n.: 125/2026



O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Conhecer do **Relatório DAE/CAOP-II/Div.2 n. 111/2025**, que trata do primeiro monitoramento decorrente da Auditoria Operacional, pertinente ao Processo n. RLA 21/00593891, que avaliou a implementação da revisão do Plano Diretor pelo Município de Rio das Antas.

2. Considerar "em cumprimento" a determinação dirigida à Prefeitura Municipal de Rio das Antas, constante do item 3.1 da Decisão n. 609/2023, de revisar o seu Plano Diretor, em consonância com os arts. 182 da Constituição Federal e 40 a 42 da Lei n. 10.257/2001.

3. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como do **Relatório DAE/CAOP-II/Div.2 n. 111/2025**, à Prefeitura Municipal de Rio das Antas.

4. Determinar à Diretoria de Atividades Especiais deste Tribunal que realize o segundo monitoramento da implementação das medidas propostas quanto ao item 3.1 da Decisão n. 609/2023, relativo ao Município de Rio das Antas, nos termos dos arts. 8º, parágrafo único, 12 e 13, §§ 1º e 2º, da Resolução n. TC-176/2021.

5. Determinar o encerramento deste processo de monitoramento, conforme prevê o art. 15 da Resolução n. TC-176/2021

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Rio Negrinho

PROCESSO Nº: APE-23/00339034

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho – IPRERIO

RESPONSÁVEL: Caio César Tremil – Prefeito Municipal; e Luciene Maria Kwitschal – Diretora Executiva do IPRERIO

INTERESSADOS: Prefeitura de Rio Negrinho

ASSUNTO: Registro de Ato de Aposentadoria de Zoraide da Cruz Santos

RELATOR: Conselheiro Aderson Flores

UNIDADE TÉCNICA: Divisão 7 - DAP/CAPE III/DIV7

DECISÃO SINGULAR: GAC/AF - 107/2026

Trata-se de análise de ato de aposentadoria da Sra. Zoraide da Cruz Santos, servidora da Prefeitura de Rio Negrinho, submetido à apreciação deste Tribunal de Contas nos termos do art. 59, III, da Constituição Estadual; art. 1º, IV, da Lei Complementar Estadual nº 202/2000; art. 1º, IV, do Regimento Interno do TCE/SC e Resolução nº TC-265/2024.

Por meio do Relatório nº DAP-4316/2024, auditores do Tribunal promoveram diligência junto à Unidade Gestora, com vistas à obtenção de informações e documentos necessários ao exame de legalidade do ato de aposentadoria.

Devidamente comunicada, a Unidade Gestora apresentou documentos.

Diante da persistência de indícios de irregularidade, a equipe técnica emitiu o Relatório nº DAP-349/2025, sugerindo a realização de audiência do titular do IPRERIO, o que foi determinado pelo Despacho nº 394/2025.

O responsável apresentou justificativas e documentos acerca dos apontamentos efetuados.

Na sequência, a Diretoria de Atos de Pessoal – DAP, por meio do Relatório nº DAP-2933/2025, sugeriu ordenar o registro do ato de aposentadoria, dada a regularidade.

O Ministério Público de Contas – MPC, mediante o Parecer nº MPC/CF/73/2026, acompanhou o posicionamento emitido pela DAP.

Em seguida veio o processo, na forma regimental, para decisão.

Considerando-se que o relatório técnico emitido pela DAP e o parecer do MPC, acima mencionados, apresentaram instrução incontroversa pela legalidade, com fundamento no art. 38, §§1º e 2º, da Resolução nº TC-6/2001, **DECIDO:**

1. **ORDENAR O REGISTRO**, nos termos do art. 34, II, c/c art. 36, § 2º, alínea 'b', da Lei Complementar Estadual nº 202/2000, de 15 de dezembro de 2000, do ato de aposentadoria de Zoraide da Cruz Santos, servidora da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, ocupante do cargo de professor, nível 03-V, matrícula nº 733-01, CPF nº ***.923.289-**, consubstanciado no Ato nº 27.216/2023, de 24-3-2023, considerado legal conforme análise realizada.

2. **DAR CIÊNCIA** desta decisão ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho – IPRERIO.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2026.

(assinado digitalmente)

ADERSON FLORES

Conselheiro Relator

São Bento do Sul

Processo n.: REP 25/00096763

Assunto: Representação acerca de supostas irregularidades referentes a procedimentos licitatórios

Interessada: Maria Alice Scheidt



Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

Unidade Técnica: DLC

Decisão n.º: 113/2026

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pela Relatora e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n.º 202/2000, decide:

1. Considerar não atendidos os critérios de admissibilidade previstos no art. 96, *caput*, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, em razão da ausência de documentos ou indícios mínimos de prova capazes de amparar as alegações formuladas.
2. Determinar o arquivamento da Representação, protocolada por Maria Alice Scheidt, acerca de possíveis irregularidades na gestão da EMHAB - Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul.
3. Dar ciência desta Decisão à Interessada retronominada, à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e ao responsável pelo Controle Interno daquela Unidade Gestora.

Ata n.º: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

SABRINA NUNES IOCKEN

Relatora

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

PROCESSO Nº: REP 26/00011042

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul

INTERESSADOS: Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul, Marcelo Marques

ASSUNTO: Possíveis irregularidades na Inexigibilidade n.º 36/2022 (Contrato n.º 46/2022) para a contratação de serviços hospitalares no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS

RELATORA: Sabrina Nunes Iocken

UNIDADE TÉCNICA: Divisão 6 - DLC/CAJU I/DIV6

DECISÃO SINGULAR: GCS/SNI - 110/2026

Trata-se de representação formulada por Ronnie Albert Zulauf acerca de possíveis irregularidades na Inexigibilidade de Licitação n.º 36/2022 e na execução do Contrato n.º 46/2022, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul e a Sociedade Padre Eduardo Michelis (Hospital e Maternidade Sagrada Família – HMSF), cujo objeto consiste na contratualização de serviços hospitalares no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Conforme consignado no Relatório n.º DLC – 161/2026, elaborado pelo Auditor Fiscal de Controle Externo Gabriel Rocha Furlanetto, o valor inicial da contratação foi de R\$ 29.136.125,40, tendo alcançado, após a celebração de pelo menos 119 termos aditivos, o montante aproximado de R\$ 187.927.829,57, segundo dados extraídos do sistema e-Sfinge deste Tribunal.

O representante sustenta, em síntese, a ocorrência de majorações contratuais expressivas, possível extrapolação dos limites legais para acréscimos, alterações substanciais por meio de apostilamentos, eventual fracionamento de despesas e pagamento por serviços não prestados, além de falhas na gestão e fiscalização contratual. Requeru, ao final, a concessão de medida cautelar para afastamento do Prefeito Municipal e do gestor do Fundo Municipal de Saúde, bem como a suspensão dos pagamentos à contratada e a realização de auditoria.

A Diretoria de Licitações e Contratações (DLC), após exame de admissibilidade e seletividade, concluiu pelo conhecimento da representação, pelo atendimento aos critérios da matriz de seletividade (pontuação de 71,1%), pela conversão do feito em Procedimento de Fiscalização de Licitações e Contratos (LCC), pela expedição de diligência para requisição integral da documentação pertinente à contratação e seus aditivos, e pelo deferimento da análise do pedido cautelar para momento posterior ao recebimento dos documentos.

É o relatório.

Submetidos os autos à apreciação desta Relatora, observo que a representação atende aos requisitos formais previstos nos arts. 96 e 102 do Regimento Interno deste Tribunal. Trata-se de matéria inserida na competência constitucional deste órgão de controle externo, envolvendo administrador sujeito à sua jurisdição, com narrativa clara, objeto determinado e elementos mínimos de verossimilhança aptos a justificar a instauração de atividade fiscalizatória.

Quanto ao requisito previsto no art. 24-A da IN TC-21/2015, sua análise resta prejudicada, por se tratar de inexigibilidade de licitação, hipótese que não comporta a utilização prévia dos meios administrativos típicos de impugnação de edital.

No tocante à seletividade, a pontuação de 71,1% supera o patamar mínimo de 60% exigido pela Resolução n.º TC-283/2025, evidenciando relevância, materialidade, gravidade e urgência suficientes para justificar a continuidade da atuação fiscalizatória. Destaca-se, sobretudo, a expressiva materialidade da contratação, cujo valor acumulado ultrapassa R\$ 187 milhões, bem como a natureza sensível da política pública envolvida, relacionada à prestação de serviços hospitalares no âmbito do SUS.

Todavia, embora os elementos apresentados sejam suficientes para o conhecimento da representação e para a instauração de procedimento fiscalizatório, a documentação acostada aos autos não permite, neste momento, juízo seguro acerca da plausibilidade jurídica das alegações nem sobre a presença dos requisitos autorizadores da medida cautelar.

A suspensão imediata de pagamentos em contrato que envolve a contratualização de hospital no âmbito do SUS pode acarretar grave comprometimento da continuidade do serviço público de saúde, com potencial prejuízo à coletividade, caracterizando risco de perigo da demora inverso. A concessão de cautelar, nessa fase inicial e com base em documentação ainda incompleta, poderia produzir efeitos mais gravosos do que aqueles que se pretende prevenir.

Diante desse contexto, revela-se prudente a sugestão da Diretoria Técnica de, neste momento, solicitar toda a documentação relativa à Inexigibilidade n.º 36/2022, ao Contrato n.º 46/2022 e aos respectivos aditivos, a fim de possibilitar análise técnica



aprofundada e formação de convencimento consistente quanto à regularidade da contratação e à eventual necessidade de adoção de medidas acautelatórias.

Mostra-se igualmente adequada a conversão do feito em Procedimento de Fiscalização de Licitações e Contratos (LCC), nos termos do art. 14 da Resolução n. TC-161/2020, considerando o elevado número de aditivos, o vulto financeiro envolvido e a multiplicidade de aspectos que poderão demandar exame mais amplo do que o estritamente delimitado pela peça de representação.

Diante do exposto, DECIDO:

1. Conhecer da representação oferecida por Ronnie Albert Zulauf em razão de possíveis irregularidades na realização da Inexigibilidade de Licitação n. 36/2022, do Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul, e da consequente celebração do Contrato n. 46/2022 e posteriores aditivos;

2. Considerar atendidos os critérios de seletividade estabelecidos na Resolução n. TC-283/2025;

3. Converter o procedimento de representação em procedimento de fiscalização de licitações e contratos (LCC), com fundamento no art. 14 da Resolução n. TC-161/2020;

4. Promover diligência ao Sr. Marcelo Marques, gestor do Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul, para que remeta a este Tribunal de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, preferencialmente em formato digital ou digitalizado, toda a documentação relativa à Inexigibilidade de Licitação n. 36/2022, ao Contrato n. 46/2022 e todos os seus aditivos, especialmente, mas não se limitando a:

4.1. Estudos, projetos, pareceres, documentos de formalização de demanda, de embasamento de pesquisas de preços, notas de empenho e de liquidação e relatório de despesas pagas, tanto em relação ao contrato original quanto aos seus aditivos, caso essas informações e documentos estejam segregados;

4.2. Informação a respeito de eventuais impugnações administrativas ou pedidos de esclarecimento apresentados por quem quer que seja contra atos administrativos praticados no âmbito da contratação e, caso existentes, as respectivas decisões ou esclarecimentos prestados;

4.3. Documentos de habilitação apresentados pela contratada, com inclusão de eventuais versões atualizadas fornecidas posteriormente;

4.4. Atos de designação do gestor e do fiscal do contrato, se existentes, com informação a respeito da ciência do agente público designado quando isso não constar de forma inequívoca no documento;

4.5. Ato de constituição da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização (CAF) prevista na cláusula sétima do instrumento do Contrato n. 46/2022, bem como toda a documentação produzida pela comissão a respeito da relação contratual desde o início de sua vigência;

4.6. "Documento descritivo" a que se refere o item 6.1 do instrumento do Contrato n. 46/2022, em todas as versões desde a celebração do contrato e as resultantes da repactuação a que se refere o item 6.3 do instrumento;

4.7. Registro de ocorrências a que se refere o item 7.2 do ato que tornou pública a Inexigibilidade de Licitação n. 36/2022 ou, caso inexistente, esclarecimento do motivo de sua inexistência (se por ausência de qualquer ocorrência digna de nota, ausência de fiscalização contratual efetiva ou outro motivo);

4.8. Relatório dos mecanismos eventualmente criados em cumprimento ao previsto no item 2.2.1 do instrumento do Contrato n. 46/2022;

4.9. Relatórios físico/financeiros mensais entregues pela contratada ao contratante em cumprimento ao primeiro termo aditivo do Contrato n. 46/2022 (Termo Aditivo n. 66/2022);

4.10. Organograma dos setores administrativos envolvidos na contratação, com a identificação, por período, de todos os ocupantes dos respectivos cargos ou funções de direção, chefia ou assessoramento desde o início do planejamento da contratação até a data de recebimento da ordem de diligência;

5. Os documentos indicados na lista do item 4 desta Decisão deverão ser remetidos em versão assinada, com a identificação do signatário ou, na falta dela, deverá ser esclarecido, em relação a cada documento, se não há uma versão assinada, se ela não foi localizada, ou outra possível causa para o não atendimento da exigência. Além disso, na falta de qualquer um dos documentos especificados, deverá ser informado o motivo da não remessa, seja pela inexistência do documento, por eventual extravio, ou outra causa;

6. Diferir a análise do requerimento de concessão de cautelar para após o recebimento da documentação de que trata o item 4 desta Decisão;

7. Dar ciência ao representante, aos interessados e ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Florianópolis, *data da assinatura digital*.

Sabrina Nunes Iocken

Relatora

Serra Alta

Processo n.: RLI 25/80014610

Assunto: Inspeção envolvendo irregularidades relacionadas ao Processo Seletivo n. 06/2024

Responsável: Rafael Marin

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Serra Alta

Unidade Técnica: DAP

Decisão n.: 71/2026

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Conhecer do **Relatório DAP/CAPE-IV/Div. 9 n. 2120/2025** (fs. 98-112 dos autos), referente à inspeção realizada no âmbito da Prefeitura Municipal de Serra Alta, para considerar regular, com fundamento no art. 36, § 2º, "a", da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, os atos examinados, em atenção ao disposto no art. 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB.

2. Determinar à **Prefeitura Municipal de Serra Alta**, na pessoa do seu Gestor ou quem vier a substituí-lo, que, **no prazo de 90 (noventa) dias**, comprove a adoção de providências concretas voltadas à normalização da situação, consubstanciadas na



instauração de procedimento administrativo destinado à deflagração de novo concurso público ou, alternativamente, na realização dos estudos prévios necessários à eventual adoção da execução indireta, nos termos do item 2 do Prejulgado n. 2440 deste Tribunal, encaminhando a documentação comprobatória pertinente.

3. Recomendar à Prefeitura Municipal de Serra Alta que promova estudos prévios de impacto orçamentário, financeiro e social a fim de verificar a possibilidade de implementação de medidas de valorização dos cargos públicos destinados à atividade-fim da Administração Municipal.

4. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como do **Relatório DAP/CAPE-IV/Div. 9 n. 2120/2025** e do **Parecer MPC/CF n. 1326/2025**, ao Responsável retromencionado, à Prefeitura Municipal de Serra Alta e ao seu órgão de Controle Interno.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

ADERSON FLORES

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Timbó

PROCESSO Nº: LCC 24/00563378

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Timbó

RESPONSÁVEL: Jorge Augusto Krüger, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Timbó, Secretaria da Fazenda e Administração de Timbó

INTERESSADOS: Prefeitura Municipal de Timbó

Câmara Municipal de Timbó

Maria Angélica Faggiani

Carlos Piazza

ASSUNTO: Editais de Credenciamento ns. 252/2024, 343/2024, 363/2024 e 434/2024 acerca de supostas irregularidades referentes às obras e serviços de engenharia no Município de Timbó

RELATOR: Wilson Rogério Wan-Dall

UNIDADE TÉCNICA: Divisão 1 - DLC/COSE/DIV1

DECISÃO SINGULAR: GAC/WWD - 70/2026

Os autos referem-se à análise de quatro Editais de Credenciamento lançados pelo município de Timbó objetivando a seleção de empresas para execução de serviços a serem prestados em favor da municipalidade, com valor estimado total de R\$ 75,7 milhões.

Concluída a instrução, o Plenário do Tribunal de Contas em Sessão Ordinária – Virtual, com início em 06/06/2025, por meio da Decisão n. 677/2025, declarou a perda do objeto em relação ao Edital de Credenciamento n. 363/2024, diante de sua revogação comprovada nos autos, além de reconhecer a ilegalidade, com efeitos futuros (*ex nunc*), dos Editais de Credenciamento n. 343/2024, n. 434/2024 e n. 252/2024.

Quanto aos editais cuja ilegalidade foi declarada, foram exaradas determinações diversas, conforme cada caso, sendo estes os dispositivos do *decisum* referentes aos credenciamentos pendentes de ações de regularização naquele momento:

(...)

6. Determinar:

6.1. aos Srs. **Flávio Germano Buzzi**, atual Prefeito de Timbó, e **Eduardo Nau**, atual Secretário de Obras de Timbó, ou a quem vier substituí-los, que adotem medidas para a efetiva fiscalização das execuções das obras referentes aos Contratos ns. 168, 169 e 171/2024, conforme determina o art. 2º-D, da Lei (municipal) n. 1.940/1997;

6.2. ao Sr. **João Luiz Merini Moser**, atual Secretário da Fazenda e Administração de Timbó, ou a quem vier substituí-lo, que encaminhe a esta Corte de Contas, no **prazo de 10 (dez) dias**, o ato de anulação do Edital de Credenciamento n. 343/2024, assim como a comprovação da sua publicação;

6.3. aos Srs. **João Luiz Merini Moser**, atual Secretário da Fazenda e Administração de Timbó, e **Carlos Adriano Kruger**, atual Presidente da Câmara de Vereadores de Timbó, ou a quem vier substituí-los, que providenciem a anulação do edital de Credenciamento n. 434/2024, após a efetivação do pagamento do saldo de empenho já liquidado no valor de R\$ 44.176,49 (quarenta e quatro mil, cento e setenta e seis reais e quarenta e nove centavos), encaminhando a este Tribunal de Contas a cópia e a comprovação da respectiva publicação;

6.4. ao Sr. **Eduardo Nau**, atual Secretário de Obras de Timbó, ou a quem vier substituí-lo, que providencie a anulação do edital de Credenciamento n. 252/2024, em 31 de dezembro de 2025, encaminhando a este Tribunal de Contas a cópia e a comprovação da respectiva publicação.

Há ainda, na respectiva decisão, recomendações à Prefeitura Municipal de Timbó para aperfeiçoamento de suas ações de gestão relacionadas ao objeto do processo, além dos demais encaminhamentos de praxe.

Por meio do Relatório n. DLC – 1422/2025 o órgão de controle analisou as informações prestadas pela Unidade Gestora com o objetivo de comprovar o cumprimento das determinações contidas na referida decisão plenária.

Com relação ao item 6.1, atinente à fiscalização de contratos vigentes e decorrentes de credenciamento em análise, foi informado o andamento dos procedimentos para início das obras e nomeação de um fiscal para acompanhamento permanente dos serviços a serem executados.



Quanto ao item 6.2, relacionado à anulação do Edital de Credenciamento n. 343/2024, a área técnica considerou cumprida a determinação, diante da juntada da decisão de anulação e suas respectivas publicações.

De igual forma, a anulação do Edital de Credenciamento n. 434/2024, relativa ao item 6.3 da decisão, foi reconhecida pela DLC conforme as decisões e publicações juntadas aos autos.

Restava ainda pendente, naquela oportunidade, a anulação do Edital de Credenciamento n. 252/2024 para o qual a determinação contida no item 6.4 da decisão plenária estipulou o prazo de 31 de dezembro de 2025 como marco final.

Em razão da data limite para o cumprimento da decisão ainda não ter se esgotado quando da análise promovida pela DLC, o órgão técnico sugeriu a determinação de diligências para que a anulação do Edital de Credenciamento n. 252/2024 fosse comprovada no prazo de 10 (dez) dias após a adoção da medida, proposta que acatei através do Despacho n. GAC/WWDD-818/2025.

A Unidade Gestora, em resposta às diligências, comprovou a anulação do Edital de Credenciamento n. 252/2024, juntando a decisão de anulação, suas respectivas publicações, além de comprovar o *status* (anulado) do Edital junto a mecanismos de transparência pública, fatos que motivaram o órgão de controle a propor, através do Relatório n. DLC-108/2026, o arquivamento dos autos em razão das anulações comprovadas.

O Ministério Público de Contas, em posição consignada através do Parecer MPC/DRR/85/2026, manifestou-se acompanhando os encaminhamentos da área técnica.

Vale pontuar que, em relação ao item 6.1 e as recomendações contidas na Decisão n. 677/2025, a análise do *Parquet* de Contas parece adequada à realidade processual e seu possível/necessário deslinde, vejamos:

À vista das informações prestadas, no tocante ao item 6.1, embora o responsável não tenha comprovado a nomeação do fiscal de contrato para fiscalização dos serviços a serem executados por meio dos Contratos ns. 168, 169 e 171/2024, decorrentes do edital n. 252/2024, considerando que referidos contratos venceram em novembro de 2025 e que houve a comprovação da anulação do edital de Credenciamento n. 252/2024, em 31 de dezembro de 2025, em atendimento a determinação exarada pela Corte de Contas, deixo de sugerir a reiteração da determinação para comprovação do aludido item.

(...)

No que concerne ao item 7.1 da Decisão n. 677/2025, por se tratar de recomendação, entendo que não cabem maiores considerações.

Para além das observações do Procurador de Contas, em acesso ao Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Timbó, constato que na consulta aos contratos mencionados na determinação do item 6.1 foram anexados memorandos de designação de fiscais (técnico e administrativo), contemporâneos à época da decisão, fato que demonstra o cumprimento da determinação pela Unidade Gestora.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

Resposta

MEMORANDO 1831/2025

Timbó, 24 de junho de 2025

De: NICOLIPADILHA KLOCH - 87.001.631 - Planejamento - Secretário(a)
Para: 03.001.895 - Licitação Gestão de Contrato
Ass: AMANDA ZUMMACH

Cumprimentando-a cordalmente, venho através deste, indicar:

O profissional técnico ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil no município de Timbó, **Jonathan de Souza Nunes** (CREA/SC 055171/08), para fiscal técnico dos contratos abaixo relacionados, no período de 27 de fevereiro de 2025 a 27 de março de 2025 e:

O profissional técnico ocupante do cargo de Engenheiro Civil no município de Timbó, **Gabriel Zotto Zanella** (CREA/SC 055171/08), para fiscal técnico dos contratos abaixo relacionados, a partir de 28 de março de 2025.

Utiagem de contratos com indicação de fiscal vinculada a este memorando:

Contrato nº 252-01/2024: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA
Contrato nº 252-02/2024: VPA PAVIMENTACAO LTDA
Contrato nº 252-03/2024: PAVPLAN PAVIMENTACAO LTDA
Contrato nº 252-04/2024: ANILAM FABRICACAO DE ARTIFATOS DE CIMENTO LTDA
Contrato nº 168/2024: VPA PAVIMENTACAO LTDA (Inelegibilidade nº 387/2024 PMT)
Contrato nº 169/2024: PAVPLAN PAVIMENTACAO LTDA (Inelegibilidade nº 392/2024 PMT)
Contrato nº 171/2024: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA (Inelegibilidade nº 394/2024 PMT)

Por fim, reitero a necessidade de indicação do fiscal administrativo pela Secretaria / Fundação responsável pelo contrato.

Sendo o todo para o momento, reitero os votos de elevada estima e consideração.

NICOLIPADILHA KLOCH
Secretaria de Planejamento, Indústria, Comércio e Serviço

www.timbo.sc.gov.br
Prefeitura Municipal de Timbó - CNPJ 03.382.744/0001-55 | Av. Getúlio Vargas, 700 - Centro CEP: 89090-040 - Timbó/SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

MEMORANDO 1396/2025

Timbó, 1 de julho de 2025

De: EDUARDO NABJ - 88.001.001 - MAN. SEC. OBRAS SERV. URB.
Para: 03.001.895 - Licitação Gestão de Contrato
Ass: AMANDA ZUMMACH

Cumprimentando-a cordalmente, venho através deste, indicar:

O profissional ocupante do cargo de Diretor de Gestão de Obras no município de Timbó, **Edardo Camilo Chetel**, para fiscal administrativo dos contratos abaixo relacionados, a partir de 12 de junho de 2025.

Utiagem de contratos com indicação de fiscal vinculada a este memorando:

Contrato nº 252-01/2024: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA
Contrato nº 252-02/2024: VPA PAVIMENTACAO LTDA
Contrato nº 252-03/2024: PAVPLAN PAVIMENTACAO LTDA
Contrato nº 252-04/2024: ANILAM FABRICACAO DE ARTIFATOS DE CIMENTO LTDA
Contrato nº 168/2024: VPA PAVIMENTACAO LTDA (Inelegibilidade nº 387/2024 PMT)
Contrato nº 169/2024: PAVPLAN PAVIMENTACAO LTDA (Inelegibilidade nº 392/2024 PMT)
Contrato nº 171/2024: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA (Inelegibilidade nº 394/2024 PMT)

Sendo o todo para o momento, reitero os votos de elevada estima e consideração.

EDUARDO NABJ
Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agricultura

www.timbo.sc.gov.br
Prefeitura Municipal de Timbó - CNPJ 03.382.744/0001-55 | Av. Getúlio Vargas, 700 - Centro CEP: 89090-040 - Timbó/SC

Diante deste cenário, a Instrução Normativa n. TC-0021/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que estabelece procedimentos para exame de licitações, contratos e instrumentos congêneres e dispõe sobre a Representação de que trata o §4º do art. 170 da Lei (federal) n. 14.133, de 2021 traz, no parágrafo único, "a" do artigo 8º, a solução processual que se molda ao caso concreto, *in verbis*:

Art. 8º Não adotadas as medidas corretivas ou não sendo acolhidas as justificativas, o Tribunal Pleno, em decisão definitiva:

I – declarará a ilegalidade do edital, indicando os dispositivos legais violados;

II – determinará ao responsável que promova a anulação da licitação, com fundamento no art. 71, III, da Lei (federal) n. 14.133, de 2021, observe o disposto no §§1º, 3º e 4º daquele dispositivo legal e encaminhe ao Tribunal de Contas cópia do ato de anulação e de sua publicação, no prazo de 30 dias, a contar da ciência da decisão.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo do inciso II deste artigo, o órgão de controle verificará o cumprimento da decisão e:

a) cumprida a decisão e ouvido preliminarmente o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, o Relator determinará o arquivamento, por decisão singular;

Por todo o exposto, o suficiente para motivar a presente conclusão, **DECIDO:**



1. Determinar o arquivamento dos autos com fundamento no parágrafo único, "a", do art. 8º da Instrução Normativa n. TC-0021/2015 deste Tribunal de Contas, em razão do cumprimento das determinações da Decisão n. 677/2025, em especial a anulação dos Editais de Credenciamento n. 343/2024, n. 434/2024 e n. 252/2024 pela Unidade Gestora.

2. Dar ciência desta Decisão, do Relatório n. DLC-108/2026 e do Parecer MPC/DRR/85/2026 aos Responsáveis, à Prefeitura Municipal de Timbó, ao seu órgão de Controle Interno e à sua Procuradoria Jurídica.

Publique-se.

Florianópolis, na data da assinatura digital.

WILSON ROGÉRIO WAN-DALL

Conselheiro Relator

Treze Tílias

Processo n.: PMO 25/00156502

Assunto: Primeiro Monitoramento decorrente da Auditoria Operacional (RLA 21/00593891) que verificou a adequação do Plano Diretor do Município

Responsável: Armino Ansiliero Júnior

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Treze Tílias

Unidade Técnica: DAE

Decisão n.: 129/2026

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Conhecer do **Relatório DAE/CAOP-II/Div.2 n. 125/2025**, que trata do primeiro monitoramento decorrente da Auditoria Operacional, pertinente ao Processo n. RLA 21/00593891, que avaliou a implementação da revisão do Plano Diretor pelo Município de Treze Tílias.

2. Considerar cumprida a determinação dirigida à Prefeitura Municipal de Treze Tílias, constante do item 3.1 da Decisão n. 609/2023, de revisar o seu Plano Diretor, em consonância com os arts. 182 da Constituição Federal e 40 a 42 da Lei n. 10.257/2001.

3. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como do **Relatório DAE/CAOP-II/Div.2 n. 125/2025**, à Prefeitura Municipal de Treze Tílias.

4. Determinar o encerramento deste processo de monitoramento, conforme prevê o art. 15 da Resolução n. TC-176/2021.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Xanxerê

Processo n.: REP 25/00175639

Assunto: Representação acerca de supostas irregularidades referentes ao Edital de Concorrência Pública n. 003/2025 - Concessão patrocinada dos serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana

Interessada: Masther Serviços e Construções Ltda.

Procurador: Pedro Vertuan Batista de Oliveira

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Xanxerê

Unidade Técnica: DLC

Decisão n.: 59/2026

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Considerar improcedente a presente Representação, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Instrução Normativa n. TC-21/2015, relativo ao Edital de Concorrência Pública n. 003/2025, que trata da concessão patrocinada dos serviços de gestão de resíduos sólidos e limpeza urbana no Município de Xanxerê, com vigência contratual de 30 anos.

2. Dar ciência desta Decisão à Representante, ao procurador constituído nos autos, à Prefeitura Municipal de Xanxerê e ao Controle Interno e à Procuradoria Jurídica daquela Unidade Gestora.

Ata n.: 2/2026

Data da Sessão: 30/01/2026 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente



LUIZ ROBERTO HERBST
Relator
Fui presente: CIBELLY FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Atos Administrativos

Portaria N. TC-0050/2026

Designa servidor para substituir função de confiança, por motivo de férias do titular, na Diretoria de Contas de Gestão.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TCE/SC), no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 90, inciso I, da Lei Complementar n. 202, de 15 de dezembro de 2000, e pelo art. 271, inciso XXVI, da Resolução N. TC-06, de 3 de dezembro de 2001, nos termos do art. 1º, § 1º, inciso I, e § 3º, da Portaria N. TC-0867, de 14 de outubro de 2019, com alterações posteriores; e considerando o Processo SEI 26.0.000000455-2;

RESOLVE:

Designar o servidor Felipe Búrigo Krüger, matrícula 451.216-2, ocupante do cargo de Auditor Fiscal de Controle Externo, como substituto na função de confiança de Coordenador de Controle, TC.FC.04, da Coordenadoria de Receitas Públicas, da Diretoria de Contas de Gestão, no período de 2/2/2026 a 11/2/2026, em razão da concessão de férias ao titular, Helio Silveira Antunes.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2026.

Conselheiro **Herneus João De Nadal**
Presidente

Portaria N. TC-0051/2026

Designa servidor para substituir função de confiança, por motivo de férias do titular, na Diretoria de Atos de Pessoal.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TCE/SC), no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 90, inciso I, da Lei Complementar n. 202, de 15 de dezembro de 2000, e pelo art. 271, inciso XXVI, da Resolução N. TC-06, de 3 de dezembro de 2001, nos termos do art. 1º, § 1º, inciso I, e § 3º, da Portaria N. TC-0867, de 14 de outubro de 2019, com alterações posteriores; e considerando o Processo SEI 26.0.000000538-9;

RESOLVE:

Designar o servidor Marcelo Lima Lopes, matrícula 451.256-1, ocupante do cargo de Auditor Fiscal de Controle Externo, como substituto na função de confiança de Chefe de Divisão, TC.FC.02, da Divisão 5, da Coordenadoria de Atos de Pessoal II, da Diretoria de Atos de Pessoal, no período de 30/1/2026 a 13/2/2026, em razão da concessão de férias ao titular, Diego Monteiro Naidon.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2026.

Conselheiro **Herneus João De Nadal**
Presidente

Portaria N. TC-0059/2026

Altera o art. 2º da Portaria N. TC-0406/2025, para incluir representante.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TCE/SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso I, da Lei Complementar (estadual) n. 202, de 15 de dezembro de 2000, e pelo art. 271, inciso I, da Resolução N. TC-06, de 28 de dezembro de 2001 (Regimento Interno – RI); considerando o Processo SEI 25.0.000001782-8;

RESOLVE:

Art. 1º Altera o art. 2º da Portaria N. TC-0406/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º
.....”



VII – Rafael Galvão de Souza, matrícula 4511395, lotado no Gabinete da Conselheira-Substituta Sabrina Nunes Iocken.”
(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis, 13 de fevereiro de 2026.

Conselheiro **Herneus João De Nadal**
Presidente

Portaria N. TC-0061/2026

Designa servidor para acompanhar e executar o Acordo de Cooperação Técnica N. TC-11/2023, celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, para a cessão de licenças de uso de *softwares*.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TCE/SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso I, da Lei Complementar (estadual) n. 202, de 15 de dezembro de 2000, e pelo art. 271, inciso I, da Resolução N. TC-06, de 28 de dezembro de 2001 (Regimento Interno – RI);

considerando o Acordo de Cooperação Técnica N. TC-11/2023, celebrado entre o TCE/SC e o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE/MS), para a cessão de licenças de uso de *softwares*;

considerando que o acordo tem por objetivo a cessão do direito e licença de uso dos *softwares*: e-Sfinge Online, e-Sfinge Web, Painéis de Controle Interno/Externo, Relatórios Avançados, Robô PCP, Sala virtual eventos, Sala virtual moderna, Conta Anual, Certidão e Alerta, Portal do cidadão, SGI – Permissão e acesso, Comunicação e demais sistemas correlatos que não foram citados, mas são indispensáveis para o correto funcionamento dos sistemas;

considerando o Processo SEI 23.0.000002665-4;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Rafael Queiroz Gonçalves, matrícula 2004368, lotado na Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), para acompanhar e executar o Acordo de Cooperação Técnica N. TC-11/2023, celebrado entre o TCE/SC e o TCE/MS, para a cessão de licenças de uso de *softwares*.

Art. 2º O gestor apresentará Relatório de Acompanhamento da Execução, conforme o art. 11 da Portaria N. TC-545/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2026.

Conselheiro **Herneus João De Nadal**
Presidente

Portaria N. TC-0062/2026

Designa o titular da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) para gerir e acompanhar o Termo de Cooperação Técnica N. TC-09/2019, celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (cessão de servidor).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TCE/SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso I, da Lei Complementar (estadual) n. 202, de 15 de dezembro de 2000, e pelo art. 271, inciso I, da Resolução N. TC-06, de 28 de dezembro de 2001 (Regimento Interno – RI);

considerando o Termo de Cooperação Técnica N. TC-09/2019, celebrado entre o TCE/SC e a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), com o objetivo de viabilizar o apoio na área de fiscalização e controle, além de atividades de capacitação, intercâmbio e apoio científico, inclusive com previsão da cessão de servidores;

considerando o Processo SEI 24.0.000006213-4;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o titular da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) para gerir e acompanhar o Termo de Cooperação Técnica N. TC-09/2019, celebrado entre o TCE/SC e a Alesc, com o objetivo de viabilizar o apoio na área de fiscalização e controle, além de atividades de capacitação, intercâmbio e apoio científico, inclusive com previsão da cessão de servidores.

Art. 2º O gestor apresentará Relatório de Acompanhamento da Execução, conforme o art. 11 da Portaria N. TC-545/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2026.

Conselheiro **Herneus João De Nadal**
Presidente



Portaria N. TC-0063/2026

Designa o titular da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) para gerir e acompanhar o Termo de Convênio N. TC-02/2022, celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e o Município de Florianópolis (cessão de servidor).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TCE/SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso I, da Lei Complementar (estadual) n. 202, de 15 de dezembro de 2000, e pelo art. 271, inciso I, da Resolução N. TC-06, de 28 de dezembro de 2001 (Regimento Interno – RI);

considerando o Termo de Convênio N. TC-02/2022, celebrado entre o TCE/SC e o Município de Florianópolis para cessão de pessoal;

considerando o Processo SEI 22.0.000000186-8;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o titular da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) para gerir e acompanhar o Termo de Convênio N. TC-02/2022, celebrado entre o TCE/SC e o Município de Florianópolis, para cessão de pessoal.

Art. 2º O gestor apresentará Relatório de Acompanhamento da Execução, conforme o art. 11 da Portaria N. TC-545/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2026.

Conselheiro **Herneus João De Nadal**
Presidente

Portaria N. TC-0064/2026

Designa o titular da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) para gerir e acompanhar o Termo de Convênio N. TC-12/2025, celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e o Município de Itajaí (cessão de servidor).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TCE/SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso I, da Lei Complementar (estadual) n. 202, de 15 de dezembro de 2000, e pelo art. 271, inciso I, da Resolução N. TC-06, de 28 de dezembro de 2001 (Regimento Interno – RI);

considerando o Termo de Convênio N. TC-12/2025, celebrado entre o TCE/SC e o Município de Itajaí, que tem por objeto a cooperação técnica e operacional entre os entes, por meio de cessão de seus servidores efetivos para o exercício de atribuições correlatas às do cargo de origem, observada a conveniência e a oportunidade e atendendo ao expresse interesse da Administração Pública;

considerando o Processo SEI 25.0.000001271-0;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o titular da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) para gerir e acompanhar o Termo de Convênio N. TC-12/2025, celebrado entre o TCE/SC e o Município de Itajaí, que tem por objeto a cooperação técnica e operacional entre os entes, por meio de cessão de seus servidores efetivos para o exercício de atribuições correlatas às do cargo de origem, observada a conveniência e a oportunidade e atendendo ao expresse interesse da Administração Pública.

Art. 2º O gestor apresentará Relatório de Acompanhamento da Execução, conforme o art. 11 da Portaria N. TC-545/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2026.

Conselheiro **Herneus João De Nadal**
Presidente

Portaria N. TC-0065/2026

Designa o titular da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) para gerir e acompanhar o Termo de Convênio N. TC-39/2023, celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e o Município de Jaraguá do Sul (cessão de servidor).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TCE/SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso I, da Lei Complementar (estadual) n. 202, de 15 de dezembro de 2000, e pelo art. 271, inciso I, da Resolução N. TC-06, de 28 de dezembro de 2001 (Regimento Interno – RI);



considerando o Termo de Convênio N. TC-39/2023, celebrado entre o TCE/SC e o Município de Jaraguá do Sul, que tem por objeto a cooperação técnica e operacional, mediante a cessão de servidores efetivos; considerando o Processo SEI 24.0.000006217-7;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o titular da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) para gerir e acompanhar o Termo de Convênio N. TC-39/2023, celebrado entre o TCE/SC e o Município de Jaraguá do Sul, que tem por objeto a cooperação técnica e operacional, mediante a cessão de servidores efetivos.

Art. 2º O gestor apresentará Relatório de Acompanhamento da Execução, conforme o art. 11 da Portaria N. TC-545/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2026.

Conselheiro **Herneus João De Nadal**
Presidente

Portaria N. TC-0066/2026

Designa o titular da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) para gerir e acompanhar o Termo de Cooperação Técnica N. TC-03/2022, celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e o Município de São José (cessão de servidor).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TCE/SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso I, da Lei Complementar (estadual) n. 202, de 15 de dezembro de 2000, e pelo art. 271, inciso I, da Resolução N. TC-06, de 28 de dezembro de 2001 (Regimento Interno – RI);

considerando o Termo de Cooperação Técnica N. TC-03/2022, celebrado entre o TCE/SC e o Município de São José, que tem como objetivo o desenvolvimento de trabalho técnico que importe na prestação de serviços de conhecimento especializados e de aprimoramento do serviço público;

considerando o Processo SEI 22.0.000001966-0;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o titular da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) para gerir e acompanhar Termo de Cooperação Técnica N. TC-03/2022, celebrado entre o TCE/SC e o Município de São José, que tem como objetivo o desenvolvimento de trabalho técnico que importe na prestação de serviços de conhecimento especializados e de aprimoramento do serviço público.

Art. 2º O gestor apresentará Relatório de Acompanhamento da Execução, conforme o art. 11 da Portaria N. TC-545/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2026.

Conselheiro **Herneus João De Nadal**
Presidente

Portaria N. TC-0067/2026

Designa servidora para acompanhar e executar o Acordo de Cooperação Técnica N. TC-05/2025, celebrado junto à Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (Fecam), para a melhoria da gestão pública e da governança municipal.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TCE/SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso I, da Lei Complementar (estadual) n. 202, de 15 de dezembro de 2000, e pelo art. 271, inciso I, da Resolução N. TC-06, de 28 de dezembro de 2001 (Regimento Interno – RI);

considerando o Acordo de Cooperação Técnica N. TC-05/2025, celebrado junto à Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (Fecam), para a melhoria da gestão pública e da governança municipal;

considerando que o acordo tem por objeto a cooperação mútua entre o TCE/SC e a Fecam para a realização de atividades de interesse comum na área de gestão pública e de governança municipal, visando a melhoria da qualidade da administração pública municipal, por meio do compartilhamento de ações, intercâmbio de informações, expertise e conhecimento de práticas de governança, com o objetivo de capacitar agentes públicos municipais e desenvolver estratégias para enfrentar pontos de interesse nas Relatorias Temáticas do TCE/SC;

considerando o Processo SEI 25.0.000000293-6;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Marina Ferraz de Miranda, matrícula 665.153-4, lotada no Instituto de Contas (Icon), para acompanhar e executar o Acordo de Cooperação Técnica N. TC-05/2025, celebrado junto à Fecam, para a melhoria da gestão pública e da governança municipal.

Art. 2º A gestora apresentará Relatório de Acompanhamento da Execução, conforme o art. 11 da Portaria N. TC-545/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Florianópolis, 13 de fevereiro de 2026.

Conselheiro **Herneus João De Nadal**
Presidente

Portaria N. TC-0068/2026

Designa servidor para acompanhar e executar o Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica do "Projeto Sede de Aprender Nacional".

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TCE/SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso I, da Lei Complementar (estadual) n. 202, de 15 de dezembro de 2000, e pelo art. 271, inciso I, da Resolução N. TC-06, de 28 de dezembro de 2001 (Regimento Interno – RI);

considerando o Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica, formalizado entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, o Instituto Rui Barbosa, o Ministério Público de Alagoas e o Instituto do Meio de Ambiente de Alagoas, que tem como objetivo a promoção de ações voltadas ao desenvolvimento do "Projeto Sede de Aprender Nacional"; considerando o Processo SEI 22.0.000001628-8;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Paulo João Bastos, matrícula 4507916, lotado na Diretoria-Geral de Controle Externo (DGCE), para acompanhar e executar o Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica, formalizado entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, o Instituto Rui Barbosa, o Ministério Público de Alagoas e o Instituto do Meio de Ambiente de Alagoas, que tem como objetivo a promoção de ações voltadas ao desenvolvimento do "Projeto Sede de Aprender Nacional".

Art. 2º O gestor apresentará Relatório de Acompanhamento da Execução, conforme o art. 11 da Portaria N. TC-545/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2026.

Conselheiro **Herneus João De Nadal**
Presidente

Portaria N. TC-0069/2026

Dispõe sobre a doação de bens móveis declarados inservíveis à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TCE/SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso I, da Lei Complementar (estadual) n. 202, de 15 de dezembro de 2000, e pelo art. 1º, inciso III, da Resolução N. TC-250, de 15 de fevereiro de 2024;

considerando o Processo SEI 26.0.000000638-5;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a DOAÇÃO, em caráter definitivo e sem ônus para as partes, dos bens móveis relacionados no Processo SEI 26.0.000000638-5, considerados não operacionais, obsoletos ou inservíveis, do patrimônio do TCE/SC, doravante denominado DOADOR, à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com sede na Rua 14 de Julho, n. 375, Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88075-010, inscrita no CNPJ sob o n. 82.892.282/0001-43, doravante denominada DONATÁRIO.

Art. 2º A transferência dos bens doados deverá ser realizada pela Diretoria de Administração e Finanças (DAF), nas dependências do DOADOR, em data e em horário a serem definidos entre as partes, mediante termo de recebimento firmado pelo DONATÁRIO.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2026.

Conselheiro **Herneus João De Nadal**
Presidente

Licitações, Contratos e Convênios

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO PLURILATERAL DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – PSEI 24.0.000005000-4

Quinto Termo Aditivo celebrado junto à Associação dos Membros dos Tribunais de Contas – ATRICON, amplia o escopo e a contribuição anual.



OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a ampliação do escopo do Convênio Plurilateral de Cooperação e Colaboração Técnica nº 001/2018, com a correspondente alteração do valor da contribuição financeira do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, bem como a atualização do Plano de Trabalho, que contemplará as ações a serem adotadas ao longo de sua vigência, sem prejuízo do objeto originalmente avençado.

VIGÊNCIA: 31/12/2027

DATA DE ASSINATURA: 12/02/2026;

SIGNATÁRIOS: Presidente do TCE/SC, Conselheiro Herneus João de Nadal, e o Presidente da ATRICON, Conselheiro Edilson Silva.

PROCESSO ADM 25/80000318.

Comunicado de Alteração do PCA 2026

O Tribunal de Contas de Santa Catarina comunica a alteração do Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 aprovado pela Diretoria Geral de Administração do TCE/SC, conforme Despacho DGAD Nº 413/2026 (doc. SEI 0876462) constante no Processo SEI nº 25.0.000003350-5, que inclui o item 286, e informa que a versão alterada do PCA está disponível para consulta em: <https://transparencia.tcesc.tc.br/portaltransparencia/#plano-de-contratacoes-anual>.
Florianópolis, 13 de fevereiro de 2026.

Raul Fernando Fernandes Teixeira
Diretor da DAF

